ESTADO DO AMAZONAS

MENSAGEM

DO

GOVERNADOR

Eng. João Walter de Andrade

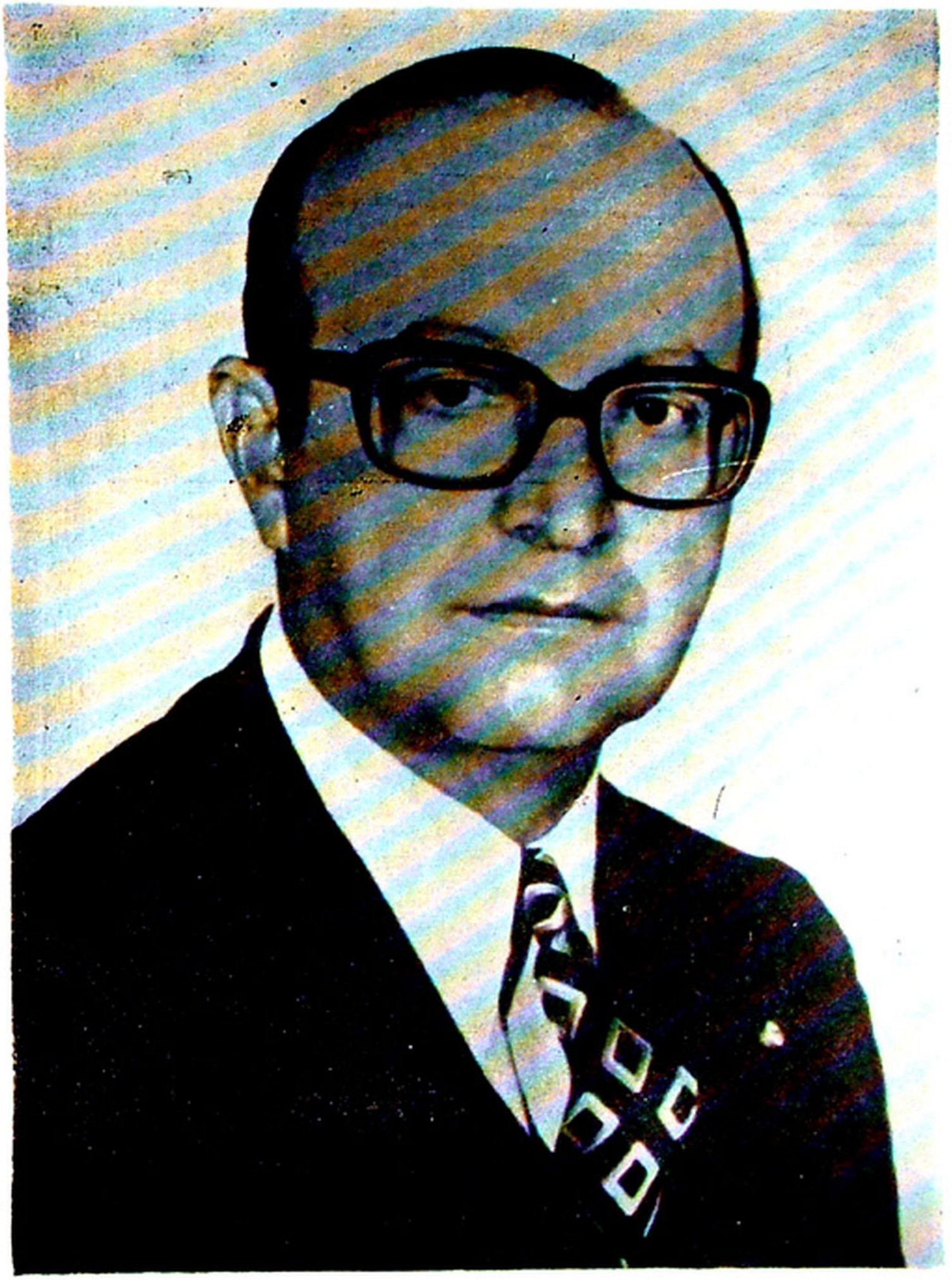
À ASSEMBLÉIA

LEGISLATIVA

DO ESTADO

1.º DE MARÇO DE 1973

MANAUS — AMAZONAS



Engenheiro JOÃO WALTER DE ANDRADE

Governador do Estado do Amazonas

GOVERNADOR	JOÃO WALTER DE ANDRADE
Vice-Governador	Deoclydes de Carvalho Leal
Casa Militar	Pedro Rodrigues Lustosa
Casa Civil	Carlos Fausto Ventura Gonçalves

Secretários de Estado

Planejamento e Coordenação Geral	Delile Guerra de Macedo
Justiça	Geraldo de Macêdo Pinheiro
Fazenda	Plínio Freire de Moraes Filho
Saúde	Antônio Ricci
Educação e Cultura	José Maria Cabral Marques
Produção Rural	José Sílvio de Souza
Administração	Lourenço dos Santos Pereira Braga
Segurança Pública	Délio Mafra de Souza e Silva
Transportes	Orlando Cabral de Holanda

Senhor Presidente,

Senhores Parlamentares:

Em atenção ao dispositivo da Emenda Constitucional n.º 1, de 30 de setembro de 1970, capitulado no art. 43, ítem XVII, tenho a honra, neste momento, de apresentar a Vossas Excelências o relatório das atividades e realizações desenvolvidas pelo meu Governo, no exercício administrativo de 1972. Antes, porém, desejo ressaltar e agradecer a constante colaboração e o apoio recebido desta Assembléia, decisivos na consecução dos objetivos consubstanciados no Plano de Governo, em execução.

A partir dessa realidade não poderia omitir, perante esta Assembléia, quanto tem sido importante para o êxito da administração a preservação no Estado, de um ambiente de tranquilidade, para o qual acredita este Governo contribuir pelo respeito aos direitos individuais, jamais admitindo violências e abusos em detrimento do exercício do poder.

Isso porque, somente num clima de paz e ordem social será possível criar condições para a promoção do desenvolvimento do Estado. E está conseguindo o Governo. Conseguindo porque existe a unidade de pensamento e de ação baseada na independência e harmonia entre os poderes, elementos fundamentais para o exercício da Administração Pública.

E o desenvolvimento do Estado está sendo acelerado, dentro da filosofia revolucionária do Governo Federal iniciada em 1964, quando medidas foram tomadas visando ao progresso e à integração da Amazônia ao processo de crescimento nacional; continuada com a nova sistemática federal de planejamento inserida no documento "Metas e Bases para Ação de Governo"; e complementada com o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e com o Orçamento Plurianual de Investimentos, ambos para o período 1972/1974.

Senhores Parlamentares, apoiado nessas diretrizes do Governo Federal e nos objetivos previstos no Plano de Governo 1971/1974, está o Governo do Estado ativando o processo de desenvolvimento do Amazonas. E isso vem exigindo a utilização cada vez mais eficiente dos instrumentos administrativos e aplicação de recursos disponíveis, no afã incessante de proporcionar um melhor padrão de vida e bem-estar à população.

Com efeito, até aqui, a gama de providências administrativas deflagradas nos diversos setores de atividades, destinou-se basicamente à implantação de uma sólida infra-estrutura sócio-econômica.

Nesse campo de ação planejada, no exercício de 1972, os diversos órgãos executores da política governamental conseguiram implementar um conjunto de medidas e objetivos que envolviam a consecução das metas infraestruturais prioritárias ligadas aos vários setores estatais.

Cabe acentuar, igualmente, como apoio à política de desenvolvimento do Estado, que se concluiu nesse período, com êxito, e rigorosamente no prazo previsto, a reforma do setor administrativo do Governo, estruturada com base em uma administração sistêmica e por objetivos.

Para atender os investimentos programados para o exercício de 1972, foi dispensada especial atenção ao desempenho do setor econômico-financeiro, pois somente assim foi possível executar tudo aquilo a que se propôs o Governo, para o período, de acordo com as previsões governamentais planificadas.

Dessa forma, no contexto econômico-financeiro deflagrou-se no exercício pretérito, uma política dinâmica que teve como meta básica a racionalização do sistema estadual de arrecadação e fiscalização.

Para isso, a estrutura funcional da Secretaria de Estado de Fazenda foi totalmente reformulada, ensejando um desempenho mais eficiente e racional na realização dos seus múltiplos encargos resultantes dos objetivos próprios do Plano de Governo. Para efetivação desses objetivos operou-se a departamentalização das unidades administrativas responsáveis pela arrecadação e fiscalização dos tributos estaduais; a reorganização da contabilização da receita e despesa públicas, e dos órgãos de apoio componentes da administração meio da Secretaria de Estado de Fazenda.

Entre as novas unidades institucionalizadas, as mais importantes e significativas são a Divisão de Cadastro e Informações Econômico-Fiscais e a Divisão de Controle da Arrecadação, que atuam como centro do sub-sistema da administração da Receita.

Ademais, a legislação tributária do Estado sofreu fundamental reformulação, criando-se condições, de direito, para o aumento da arrecadação do I.C.M.

Como resultados dessas medidas, a receita tributária do Estado alcançou cerca de 120 milhões de cruzeiros, apresentando um índice de crescimento de 37,81% em relação a 1971; quanto à arrecadação geral do I.C.M., houve um acréscimo de 42,28%.

De fundos federais foram arrecadados 148 milhões de cruzeiros, como somatório do Fundo de Participação, Fundo Especial, Imposto Único sôbre Lubrificantes, Combustíveis Líquidos e Gasosos, Imposto sobre Energia Elétrica e Imposto sobre Minerais.

Comparativamente, com a Receita Geral do Estado, excetuadas as Transferências das áreas de Educação e Saúde e Quota-parte do imposto sobre minerais, houve uma elevação em relação ao exercício anterior, da ordem de 40,95%.

Como se constata, Senhores Parlamentares, esses dados revelam a positiva evolução econômico-financeira do Estado, o que possibilitou elevar os numerosos e vultosos investimentos governamentais nos diversos programas setoriais, alcançando a cifra de 268 milhões de cruzeiros.

Na área econômico-financeira releva salientar, ainda, as atividades desenvolvidas pelo Banco do Estado do Amazonas S.A., no processo de crescimento estadual, onde se procurou desenvolver uma política de atração de recursos visando a expansão contínua de suas aplicações. Os resultados foram notáveis, pois o BEA fechou o seu balanço em 1972 com um aumento em relação ao ano anterior, de 13% no volume de depósitos, de 39% no total das aplicações, e de 27% relativamente às reservas e fundos, apesar de não ter havido aumento de capital no exercício em evidência. Quanto às receitas, superaram as do ano anterior em 17%.

Nessa dinâmica, é de se evidenciar que no decorrer do exercício de 1972 o BEA foi responsável por cerca de 35% das aplicações globais do sistema bancário no Estado do Amazonas.

Houve, paralenamente, a expansão da rede de agências, com a instalação da filial em Brasília, passando a contar assim, o Banco do Estado do Amazonas S.A. com 11 agências, todas superavitárias.

Com esses resultados, coloca-se o Banco do Estado do Amazonas S.A. em posição mais favorável para desempenhar o papel que lhe cabe como um dos esteios, na área financeira, do desenvolvimento amazonense.

Senhores Parlamentares,

Desde o início de meu Governo, a necessidade da criação de um sistema de planejamento estadual se fazia imperativa, em razão da função estratégica que possui, como elemento de controle, dentro do sistema regulador e controlador de maior amplitude, representado pelo conjunto da administração estadual. Outro destaque, é o papel importantíssimo que representa a existência de um sistema de planejamento, na coordenação e explicitação de objetivos e diretrizes, de compatibilização de meios e fins e de avaliação e controle da execução dos programas, projetos e atividades governamentais.

Dentro dessa configuração, e da resolução do Governo Federal de eleger a ideologia do planejamento, como norma de atuação governamental, decretou-se no exercício pretérito, a criação do Sistema de Planejamento Estadual que constitui o conjunto integrado, inter-relacionado e automaticamente controlado de todas as atividades que objetivem a emissão de normas e procedimentos e sua execução na área de planejamento e coordenação geral do Poder Executivo Estadual.

O sistema em apreço tem a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral como órgão central, com o objetivo de definir as diretrizes gerais e as metas prioritárias da ação do Governo, dando-lhes o indispensável suporte em função dos objetivos do desenvolvimento econômico e social do Estado, controlando e avaliando a execução dos planos e programas pré-estabelecidos e em execução.

Assim criado, a operatividade do Sistema de Planejamento Estadual, no período de 1972, se fez sentir de imediato, através das atividades dirigidas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

O exercício pleno dessas atividades voltadas para a coordenação, controle e avaliação dos programas devidamente planificados, exigiu a reformulação da Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (CODEAMA), a definição dos reais objetivos do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (CODAM), e mais a implantação definitiva do Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal (ICOTI) e da Processamento de Dados Amazonas S.A. (PRODAM), órgãos que estão diretamente vinculados ao Sistema de Planejamento Estadual.

Através desses órgãos, cumpriram-se ações estratégicas na área do planejamento, tornando mais agressiva tecnicamente a atuação do Governo, pela tomada de um maior número de decisões planificadas.

Dentre as tarefas desenvolvidas em função do Sistema de Planejamento Estadual situam-se,

— a orientação, acompanhamento e avaliação de todas as atividades do Plano de Governo 1971/1974, e coordenação dos trabalhos de implantação da Reforma Administrativa em todo o mecanismo da administração do Estado;

— a execução e controle da política orçamentária, abrangendo basicamente o orçamento-programa anual, orçamentos plurianuais de investimentos e planos de aplicação das quotas-parte dos diversos fundos federais;

— a implantação do Núcleo de Assistência Industrial em convênio com a Universidade Estadual de Campinas, voltado para a prestação de assistência técnica à pequena e à média indústrias;

— assistência técnica aos municípios amazonenses por intermédio do Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal (ICOTI), na área de consultoria jurídica-administrativo; de assessoramento de planos, orçamentos e prestações de contas, reorganização administrativa e dos serviços municipais;

— implantação e funcionamento do sistema de prestação de serviços de processamento de dados para os órgãos governamentais, prefeituras municipais e entidades privadas, através da empresa estatal Processamento de Dados Amazonas S.A. (PRODAM).

Na parte da administração dos incentivos fiscais, cabe ressaltar a ação da CODEAMA na análise e aprovação de projetos industriais e agropecuários, para concessão dos incentivos do I.C.M. que, no ano de 1972 teve reflexos positivos no processo de implantação de empreendimentos econômicos nas áreas industrial e agropecuária, cujos dados revelam a análise de 26 projetos, com investimentos previstos na ordem de 280 milhões de cruzeiros e a previsão de criação de quase 4 mil novos empregos.

De outra parte, como consequência da necessidade da existência de um Sistema de Planejamento a que nos referimos, o Governo iniciou de 1971 a implantação da Reforma Administrativa, a qual foi concluída no exercício pretérito, apresentando ótimos resultados, com a execução dos 151 projetos contratados.

Com a reforma, foram os órgãos estaduais organizados em sistemas operacionais que passaram a atuar segundo a identidade de suas competências, conseguindo-se um conjunto de organismos bem estruturados e coordenados entre si e devidamente articulados com os diversos setores de produção e prestação de serviços do Estado.

Cada sistema operacional, aqui identificadas as Secretarias de Estado, reune os órgãos e as entidades afins integrados por vinculação ou cooperação, sem prejuízo da respectiva natureza técnica e jurídica, com vistas à consecução de objetivos e metas governamentais interdependentes. Assim, as Secretarias funcionam como órgãos centrais dos vários sistemas operacionais, com a incumbência de exercer a coordenação geral das atividades dos órgãos e unidades integrantes, proporcionando-lhes orientação e controlando a observância das normas legais e regulamentares relativas às suas competências e autonomia.

Equacionando dessa forma a atividade administrativa, com o estabelecimento de maior racionalidade e operacionalidade, conseguiu o Governo superar ou reduzir os obstáculos e dificuldades iniciais com os quais se deparou, dando condições de exequibilidade ao Sistema de Planejamento Estadual.

No âmbito da ação planejada do Governo, o desenvolvimento do setor educação situa-se como uma das metas básicas, porquanto não se poderia pensar num esforço desenvolvimentista sem a ampliação e o melhoramento do sistema educacional.

Daí porque o Governo ao tempo em que se empenha em estender rapidamente a rede escolar, se volta com o mesmo interesse para a conservação e o melhor aproveitamento do que já existe e se esforça, também, para elevar os padrões do ensino, tornando-o mais prático, mais substancial e mais seguro, dentro das diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura.

Em consequência, desenvolveram-se no ano de 1972, atividades importantes para o atendimento adequado das necessidades educacionais da população, através de um acelerado aperfeiçoamento e ampliação de todos os setores vinculados à educação e à cultura.

No ensino superior; a criação e o início de implantação da Universidade de Tecnologia da Amazônia (UTAM), que funcionará com base em cursos de curta e de média duração, a fim de suprir em prazo hábeis, as necessidades e as aspirações regionais de pessoal qualificado em nível superior. Abrangerá inicialmente. os cursos de engenharia de operações, de mecânica de máquina e motores, eletrônica, de obras municipais e de indústria da madeira. Independentemente desses cursos a Universidade de Tecnologia da Amazônia (UTAM), ministrará um curso de especialização em engenharia naval, que visa a qualificação de pessoal para a nossa emergente indústria naval.

Nessa área de ensino, merece relevo a manutenção e funcionamento dos cursos de licenciaturas parceladas e de curta duração no interior do Estado, em convênio com os "campi" avançados e o Projeto Rondon, nos municípios de Tefé, Parintins e Humaitá, e brevemente no Alto Solimões, abrangendo os cursos de Letras, Estudos Sociais, Ciências, Administração e Supervisão Escolar.

Esses cursos, ministrados pelas Universidades responsáveis pelos "campi" avançados, são frequentados por 555 estudantes e que são atualmente professores de nível médio que visam alcançar o estágio superior.

Esse programa, desenvolvido pelo Estado na área do ensino superior, está intimamente vinculado à formação de mão-de-obra especializada para suprir a extraordinária demanda de pessoal qualificado no setor industrial e para atender a expansão do ensino médio na capital e no interior.

Em relação ao ensino de 1.º e 2.º graus foram atingidos os objetivos previstos para o exercício, através do prosseguimento da implantação de reforma educacional e da reforma administrativa do setor.

Os dados referentes à frequência no ensino fundamental e supletivo, são significativos tanto na Capital como no interior do Estado, totalizando 115 mil alunos.

Outro aspecto de real importância no setor educacional foi a implantação do sistema de Televisão Escolar em Manaus, que entrou em funcionamento, atingindo 105 classes de 5.ª série do ensino fundamental, com uma frequência de 4 mil alunos.

As atividades de Rádio Educativo foram iniciadas com o objetivo de titular professoras leigas, particularmente nos povoados. Na 1.ª fase, foram distribuidos 1680 aparelhos e material didático para igual número de professoras, em 28 municípios, inclusive da zona rural de Manaus. Prevê-se, também, para essa rede escolar a incorporação de 12.000 adolescentes e adultos nessa fase.

Por outro lado, suscitou a problemática educacional a necessária atenção para o aperfeiçoamento do professorado e para treinamento de outros servidores já vinculados à área educacional.

Problema que mereceu especial consideração foi o setor de obras públicas ligado ao sistema educacional, quando, na capital, 10 novos prédios escolares estão sendo construídos, representando 100 novas salas; 36 se encontram em recuperação e 4 Centros Inter-escolares estão sofrendo reformas para serem adaptadas às novas técnicas educacionais.

No interior do Estado vários estabelecimentos de ensino estão em construção e outros ampliados e recuperados.

Na parte da educação física e práticas de esportes e recreação, ainda tão subestimada entre nós, deu-se a importância merecida, criando-se em 1972 a Superintendência de Educação Física, Desportos e Recreação do Estado do Amazonas, que irá gerir essas atividades dentro da esfera de ação do Governo.

O setor habitacional continuou sendo ativado. A Companhia de Habitação do Amazonas (COHAB-Am) prosseguiu no ano pretérito, não obstante alguns entraves, a execução dos objetivos do Governo nessa área de apoio social, utilizando recursos financeiros do Estado e do Banco Nacional da Habitação.

Assim, operou-se a execução da infra-estrutura relacionada com o sistema de abastecimento de água, luz e fossas-sumidoras, da segunda etapa do Conjunto Residencial "31 de Março", no Bairro do Japiim.

Dando sequência à implantação da infra-estrutura básica desse conjunto residencial, foi assinado um convênio com o Banco Nacional da Habitação, para execução dos serviços de drenagem, meios-fios e sarjetas.

A atuação na área de projeções merece realce, com a elaboração do ante-projeto de novos conjuntos residenciais a serem edificados na capital e no interior do Estado.

Como se depreende, providências estão sendo tomadas para implantação de novos conjuntos residenciais, visando oferecer à classe média baixa da população, moradia higiênica com um mínimo de conforto oferecido pela tecnologia, ainda mesmo quando modesta e simples.

Na área específica do setor saúde, no ano de 1972, operou-se a implantação de uma estrutura funcional e flexível, para servir de base aos programas de assistência curativo-preventiva que viessem melhorar os níveis de saúde da população amazonense.

As deficiências físicas da rede médico-sanitária da capital e a problemática criada com a importação das Unidades Médicas pré-fabricadas inglesas, não impediram de partir de imediato, para uma programação sanitária definida e permanente.

Deu-se, assim, enfoque às atividades de recuperação e ampliação física da rede assistencial do Estado, aproveitando ao máximo as estruturas existentes, e construindo o essencial, tanto na Capital como no interior.

O plano original dos hospitais pré-fabricados foi reformulado visando ao atendimento de municípios com reais necessidades, evitando-se, porém, quanto possível, implantá-los em sedes municipais nas quais já existisse alguma estrutura de saúde aproveitável, pertencente ou não ao Estado, dentro da filosofia de somar esforços e evitando-se trabalhos paralelos.

Na capital do Estado com a recuperação e ampliação da rede hospitalar, houve um aumento de 211 novos leitos. Ademais foram mantidos 1.545 leitos de longa duração e 672 de curta permanência. Complementaram-se, também, as obras de montagem de duas Unidades Médicas, localizadas nos Bairros da Alvorada e Morro da Liberdade.

A ação no interior do Estado, atingiu a implantação de 18 Unidades Médicas, a complementação das obras de montagem de mais 18 Unidades Médicas e a reforma do Hospital de Humaitá.

Enquanto esse trabalho era levado a efeito, foram elaborados documentos técnicos objetivando a regulamentação e normatização do sistema, tal como o Código Sanitário, e realizou-se treinamento de pessoal em todos os níveis, a fim de que, com o funcionamento adequado da rede física implantada e reformulada, pudesse ela responder funcionalmente em apoio à programação específica do setor e com isso, num todo harmônico, atingir a meta predeterminada, de melhoria dos níveis de saúde da coletividade.

Em consonância com os programas constantes do Plano de Governo 1971/1974, executaram-se na área de produção rural atividades que atingiram os mais variados campos do setor primário da economia amazonense.

Nesse setor, foi dada ênfase ao programa que visa ao aumento da produção de fibra de juta, distribuindo-se direta e gratuitamente quase 300 mil quilos de sementes de juta para efeito da formação da safra de 1972/1973, com acréscimo, na distribuição em relação a 1971, de 37%. Nos 24 municípios atendidos, foram beneficiados cerca de 24 mil produtores, localizados em 2.500 propriedades visitadas, superando em 274% as visitas feitas em 1971. Com isso, pode-se estimar a produção da safra 1972/1973 em 54 mil toneladas, o que representará um aumento de quase 100% em relação à safra de 1971/1972.

Outras metas alcançadas relacionam-se com a campanha de vacinação contra a febre aftosa, que atingiu, aproximadamente, 60% do rebanho existente.

A ação do Fundo de Desenvolvimento Rural do Amazonas (FURAMA), se fez sentir de maneira efetiva, através da aplicação de recursos financeiros no montante de 1 milhão de 200 mil cruzeiros, nas diferentes atividades desenvolvidas pelo citado Fundo, como insumos agrícolas, implementos e inseticidas.

Ponto positivo no setor são as medidas em curso visando a implantação da S.A. Centrais de Abastecimento do Amazonas (CEASA-Am), que integrará o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento .... (SINAC), em articulação com o Governo Federal através de seus órgãos específicos que atuam nessa área.

Operou-se, ainda, no sistema cooperativista, o treinamento de pessoal junto às cooperativas assistidas e fiscalizadas pela Secretaria de Produção Rural

e pela Associação de Crédito e Assistência Rural do Amazonas (ACAR-Am); houve a continuação da reorganização do Departamento de Terras, com a sistematização do controle de Títulos de Terras expedidos; através da Associação de Crédito e Assistência Rural do Amazonas (ACAR-Am), executou-se intenso programa de assistência técnica e creditícia às várias atividades do setor primário de nossa economia.

No setor industrial, no ano de 1972, o enfoque dado foi em função das pequenas e médias empresas, com a criação e implantação do Núcleo de Assistência Industrial (NAI), vinculado à Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, através da Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (CODEAMA). Esse Núcleo composto de técnicos devidamente qualificados, dentro de suas finalidades, já vem prestando assistência técnica às indústrias com vista a melhorar a produtividade e reduzir os custos, orientando inclusive na elaboração de propostas de financiamento.

A área turística não foi esquecida no exercício recém-findo, quando, para dar maior amplitude às ações da Empresa Amazonense de Turismo ..... (EMAMTUR), redefiniu-se a política estadual do Turismo, e reestruturou-se o Conselho Estadual de Turismo, órgão decisório no estabelecimento das diretrizes e metas para o incremento das atividades turísticas, consideradas pelo Governo Federal como de infra-estrutura de base.

Desse modo, o sistema estadual de turismo, integrado por um Conselho e pela Empresa Amazonense de Turismo (EMAMTUR), será plenamente ativado até final de meu Governo, pois a meta básica é desenvolver a florescente indústria turística cada vez mais dinâmica, com o crescimento contínuo da Zona Franca de Manaus e a descoberta de novos pontos de atração turística no interior do Estado.

Senhores Parlamentares,

Examinando os projetos componentes da infra-estrutura econômica, implantados em 1972, nos setores Energia, Saneamento, Telecomunicações e Transportes, vê-se que foram alcançados os objetivos previstos.

No que concerne à energia elétrica foram concluídas as usinas de Tabatinga, Novo Aripuanã, Borba e Santa Isabel do Rio Negro.

Paralelamente, foram realizadas ampliações nas usinas dos municípios de Coari, Benjamin Constant, Humaitá, Itacoatiara, Maués, Manicoré, Barcelos, Codajás, Fonte Boa, São Paulo de Olivença, Nhamundá, Urucurituba, Urucará, Itapiranga, Silves, São Gabriel da Cachoeira, Carauari e na localidade de Vila do Marco, envolvendo os sistemas de geração e distribuição de energia elétrica.

Assim, foram adicionados ao sistema de geração administrado pelas Centrais Elétricas do Amazonas S/A (CELETRAMAZON) 1.720,5 KVA, sendo 840,5 KVA correspondentes a usinas novas e 880 KVA a ampliações.

Para melhor atender aos consumidores e ao crescimento das cidades da zona de concessão da empresa, foi elevada a tensão primária da rede de distribuição de 3.800 V para 13.800 V das cidades de Parintins, Itacoatiara, Manacapuru, Humaitá, Coari e Tefé, com a substituição de todos os transformadores das subestações elevadoras das respectivas redes.

Por outro lado, para suprir o consumo de óleo diesel das diversas usinas, foram construidos reservatórios com capacidade de 1 milhão de litros, em vários municípios do Estado.

Os investimentos no exercício em destaque foram da ordem de 30 milhões de cruzeiros.

Quanto ao setor saneamento básico, a Companhia de Saneamento do Estado do Amazonas (COSAMA) prosseguiu os trabalhos iniciados em 1971, cujos objetivos programados para o exercício de 1972 foram plenamente alcançados, apesar do enorme crescimento porque vem passando a cidade de Manaus, obrigando a se fazer constantes modificações no projeto original, tendo em mira o atendimento de toda a população urbana.

Na parte referente ao Sistema de Abastecimento d'Água, destacou-se pela sua importância na programação realizada, o funcionamento da primeira etapa da Estação de Tratamento d'Água de Manaus, distribuindo, pioneiramente, em termos efetivos, água tratada de boa qualidade a toda população da cidade. E, ao terminar o ano, a Companhia de Saneamento do Estado do Amazonas (COSAMA) estava bombeando 90 mil metros cúbicos diários de água potável, beneficiando 240 mil consumidores.

Nessa ordem de importância, situa-se, também, a conclusão das obras civis alusivas à construção dos 5 reservatórios elevados de Manaus. Para o imediato funcionamento desses reservatórios, faltam apenas, as ligações das linhas de alimentação, cujos trabalhos estão em plena execução.

Referentemente ao novo sistema de distribuição de água de Manaus, cujo projeto original previa o assentamento de 220 quilômetros de tubos, foi modificado e ampliado, face ao extraordinário crescimento da cidade. Assim é que, no fim do ano pretérito, já haviam sido assentados cerca de 260 quilômetros.

Em Manaus, foram concluídos todos os serviços de implantação das sub-adutoras de São Jorge e São Raimundo, com o assentamento total de 1.290 metros de tubos de ferro fundido.

No que tange aos trabalhos executados no interior do Estado, podemos citar, como fato mais importante, a contratação da elaboração dos projetos técnicos de todos os sistemas de abastecimento de água das cidades interioranas, já estando, para aquela finalidade, concluídos 10 projetos.

Concomitantemente com as providências na área do abastecimento d'água, o Governo não se descuidou dos problemas que dizem respeito ao sistema de esgotos sanitários, quando no decorrer do ano passado, foi concluído e aprovado o projeto do Sistema de Esgotos Sanitários de Manaus, o qual já foi analisado e aprovado pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), para efeito de financiamento, estando previsto ainda a alocação de recursos provenientes da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

Nesse campo de ação, ainda, com os recursos provenientes da SUDAM, foram contratados os projetos dos sistemas de esgotos sanitários de Parintins e Itacoatiara.

Constitui-se, portanto, motivo de satisfação para o Governo, ao se dirigir a esta ilustre Assembléia, poder apresentar nessa área da infra-estrutura do Estado, um conjunto de realizações que entremostram de forma inconteste o esforço despendido, dentro de um planejamento compatível com os recursos disponíveis para que se tornem, no decorrer dos dias, mais perfeitos e eficientes os serviços devidos pelo Poder Público à população amazonense.

A dinâmica administrativa do Governo no período de 1972, no setor de telecomunicações, teve continuação normal, com as realizações levadas a efeito pela Companhia Amazonense de Telecomunicações ..... (CAMTEL).

No que se refere ao serviço urbano de Manaus, a Estação Terminal viu sua capacidade aumentada em mais de 2.080 terminais. Com esse aumento, a cidade passou a contar com equipamentos instalados para atender 8.320 terminais.

Simultaneamente, a rede telefônica urbana foi ampliada, tendo sido instalados 11.740 metros de cabos subterrâneos e 64.800 metros de cabos aéreos. Em decorrência dessa ampliação a capacidade da rede telefônica de Manaus passou de 10 mil para 15 mil pares.

O projeto de ampliação aprovado para um aumento de 4 mil terminais, por sua vez foi alterado, elevando a capacidade total da Estação Terminal de Manaus, para 18 mil terminais.

É de se ressaltar nesta Mensagem, que a execução dessas atividades no ano passado, teve como base as metas idealizadas para o setor e definidas pelo Plano de Governo 1971/1974, aliadas a grande demanda de telefones, ocasionada pelo crescente desenvolvimento da capital amazonense.

Quanto aos serviços telefônicos urbanos no interior do Estado, cabe destacar os estudos em fase final de elaboração, para instalação de estações automáticas urbanas, em 12 cidades já integradas ao sistema interurbano estadual, que são Parintins, Maués, Coari. Tefé, Manacapuru, Benjamin Constant, Humaitá, Manicoré, Lábrea, Boca do Acre, Eirunepé e Itacoatiara.

No que concerne ao serviço interurbano, além do atendimento normal de intercomunicação entre 17 cidades do Estado, a Companhia Amazonense de Telecomunicações (CAMTEL) está operando as comunicações com Humaitá e Manicoré, através de canais alugados à Empresa Brasileira de Telecomunicações ... (EMBRATEL).

Ainda, nesse setor infraestrutural, merece relevo o Plano de Apoio à Transamazônica elaborado pela Companhia Amazonense de Telecomunicações ..... (CAMTEL), de acordo com determinação do Ministério das Comunicações, e com o desejo do Amazonas em ccoperar com o Governo Federal no esforço que vem sendo feito para a integração da Amazônia ao restante do País. Pelo referido Plano, já em estudo na Secretaria Geral do Ministério das Comunicações, serão integradas ao sistema estadual de telefonia e através dele ao sistema nacional, as cidades situadas ao longo da Rodovia Transamazônica, bem como as agrovilas que vierem a ser implantadas ao longo de seu traçado, de acordo com o planejamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O setor transportes, como os demais setores infraestruturais examinados, manteve-se atuante durante 1972 funcionando em todas as suas frentes, desde a área de planejamento rodoviário até a de execução, sob a segura direção do Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas (DER-Am), que elegeu e vem mantendo pela sua importância, a Rodovia BR-319 — Manaus-Porto Velho, como meta prioritária. Outros projetos constantes da programação para o exercício pretérito foram desenvolvidos, envolvendo as atividades de estudos e projetos, e de pesquisa e laboratórios.

No que diz respeito à construção e pavimentação da Rodovia BR-319 — Manaus-Porto Velho foram executados no exercício de 1972, os serviços de destocamento, limpeza e terraplenagem de 270 quilômetros e pavimentação de 95 quilômetros, representando um incremento médio nesse ano, da ordem de 165% sobre 1971, o que permitiu a ligação definitiva dos serviços de desmatamento e terraplenagem com a frente de Humaitá, fato ocorrido em novembro último.

Com as atividades desenvolvidas no decorrer do exercício pretérito, a Rodovia BR-319 — Manaus-Porto Velho apresenta como serviços totais executados, 540 quilômetros de terreplenagem e 166 quilômetros pavimentados.

Assim, incluindo dos serviços operados na Rodovia BR-319 — Manaus-Porto Velho, outras obras realizadas na Rodovia AM-449 —AM-10-Puraquequara e através de convênios com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), Universidade do Amazonas e municípios, foram construídos em 1972, cerca de 298 quilômetros de estradas.

As atividades de pavimentação, inclusive os serviços efetuados na BR-319, totalizaram 115 quilômetros, aí compreendidos, 5 quilômetros referentes ao trecho Manaus-Terminal de Embarque da BR-319 e 15 quilômetros de recapeamento asfáltico da Rodovia AM-010 — Manaus-Itacoatiara.

Visando assegurar sempre uma maior perenidade ao nosso sistema rodoviário, foram realizados serviços de conservação e restauração nas rodovias AM-010 — Manaus/Itacoatiara, AM-020 — Manaus/Aleixo, AM-070 — Manaus/Cacau Pirera/Manacapuru, e nas rodovias de acesso AM-450 — AM-010 — Tarumã/Ponta Negra/São Jorge, AM-451 — AM-010 — Aeroporto de Itacoatiara, AM-452 — AM-070 — Colônia do Caldeirão e AM-454 — AM-070 — Colônia Bela Vista.

Fato importante e pioneiro a destacar foi a ligação de Manaus à Manacapuru, no trecho fluvial do Rio Negro, entre a cidade de Manaus e Cacau Pirera, através de uma Balsa tipo "Ferry Boat", adquirida sob encomenda. Essa balsa além de permitir o tráfego normal entre as duas cidades, passou a oferecer um excelente apoio no escoamento da produção hortigranjeira das colônias ali sediadas.

Os investimentos no setor transportes alcançaram cerca de 162 milhões de cruzeiros, incluindo recursos provenientes do Fundo Rodoviário Nacional, do Plano de Integração Nacional e do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem que deram condições ao Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas (DER-Am) de realizar todas as programações previstas para o exercício de 1972.

Dentro dos objetivos do Governo de proporcionar à população tranquilidade e proteção, reestruturou-se o Sistema de Segurança Pública, gerenciado pela Secretaria de Segurança, dando-lhe maior capacidade de ação contra os atos de natureza anti-social, através da Polícia Civil e Polícia Militar e, no cumprimento das leis de trânsito, pelo desempenho do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN).

No desempenho efetivo das atividades de segurança, as diretrizes estabelecendo plano de operações foram cumpridas com eficiência pelas corporações da Polícia Militar e pelo pessoal da Polícia Civil, tanto na capital como no interior do Estado.

Para a consecução dessas diretrizes o Governo investiu mais de 16 milhões de cruzeiros no preparo e treinamento de pessoal nas várias áreas de atividade policial-militar, na aquisição de viaturas, nos equipamentos e aparelhos de telecomunicações, e na restauração e construção de prédios.

O Governo preocupou-se, também, em melhorar a legislação policial-militar, dando maiores condições de funcionalidade e operacionalidade ao pessoal. Desse modo, foi valorizado e estimulado o profissional de polícia, proporcionando, em consequência, uma favorável imagem da instituição policial-militar perante à sociedade.

Finalmente, na área de segurança, merece destaque a autarquização do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), permitindo-lhe a obtenção da autonomia administrativa e financeira necessária à execução de suas atribuições, na administração e fiscalização do trânsito em todo o Estado.

Senhores Parlamentares.

Os fatos até aqui narrados e que fizeram parte do conteúdo programático deste Governo para o ano de 1972, constituiram-se em etapa da maior importância para o êxito e plena efetivação do Plano de Governo 1971/1974, permite-me afirmar, perante esta Assembléia que o exercício administrativo que ora se inicia, será marcado por importantes realizações no caminhar para o grande objetivo governamental da efetiva integração do Amazonas ao processo de desenvolvimento econômico e social do País.

Como se pode perceber, pelo que tem feito o Governo não basta promover um trabalho episódico, ou paliativo para a solução dos nossos problemas e sim, implantar um mecanismo permanente através do qual, os serviços e a organização instalados, tenham caráter perene e sua ampliação seja assegurada pelo emprego de recursos adequados e pelo treinamento e pelo aperfeiçoamento constantes das equipes técnicas e administrativas responsáveis pelas ações de Governo.

Os dispositivos de aprimoramento e de mudanças infra-estruturais que vai este Governo acionar nos setores da Administração, Economia, Bem-Estar Social, Saneamento Básico, Transportes e Comunicações, fazem parte de uma programação racional e bem calculada, baseada nos princípios que norteiam a política do Governo Federal para a área amazônica, política essa que inspirou o Plano de Governo 1971/1974.

O que realizou o Governo em 1972, foi cumprir o Plano de Governo e o que se pretende fazer em 1973, e que se passa a relacionar em suas linhas mais gerais, também será em observância ao planejamento traçado para o exercício, o qual espera a Administração desenvolver com a cooperação de todos os amazonenses.

Para dar suporte ao cumprimento do Plano de Governo, a Administração Estadual foi submetida a uma Reforma de Base, alterando-se as estruturas organizacionais de todas as unidades.

No corrente exercício será deflagrada nesse setor como meta, a implantação definitiva das diversas estruturas operacionais reformuladas, para que se consiga uma maior produtividade do aparato burocrático do Estado.

Na área municipalista, o Governo ativará através do Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal (ICOTI) o projeto de assistência técnica e administrativa aos municípios amazonenses.

Procurar-se-á atingir ainda nesse setor outras atividades, tais como, promover a integração dos programas e projetos municipais com programas e projetos de outras esferas governamentais; orientar as prefeituras na criação de consórcios intermunicipais para a solução de problemas de interesses comuns, ou na celebração de convênios com outras esferas de governo; promover a formação e o aperfeiçoamento de pessoal para administração municipal; realizar encontros, seminários e reuniões com as lideranças municipais para o estudo dos problemas relacionados com a administração municipal do Amazonas.

No setor primário da economia amazonense, em função dos programas administrados pelo Fundo de Desenvolvimento Rural do Amazonas (FURAMA), no corrente exercício, o Governo dará maior incentivo a essa programação, principalmente a projetos relacionados com a agro-indústria.

Projeto de suma importância na programação estadual será a implantação, na área de abastecimento, com o apoio do Governo Federal e da Prefeitura Municipal de Manaus, da Central de Abastecimento do Amazonas (CEASA-Am).

No setor industrial a política a ser desenvolvida no corrente ano, estará voltada mais para a área de Pequenas e Médias Empresas, por meio dos programas de assistência técnica e financeira, através do Núcleo de Assistência Industrial da Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (CODEAMA).

Para administrar e orientar essa área, está previsto o treinamento de novos técnicos, com formação específica na Universidade de Campinas, entidade com a qual o Governo do Estado mantém convênio, para especialização de pessoal técnico em assuntos de pequena e média indústria.

A manutenção da política de incentivos fiscais, que envolve a restituição total ou parcial do I.C.M. às empresas industriais e agropecuárias será positiva no decorrer de 1973, visto ser essa política encarada pelo Governo como fator de estímulo à implantação de empreendimentos econômicos no Estado do Amazonas, principalmente na Zona Franca de Manaus, onde vigoram os incentivos especiais do Governo Federal.

Na área educacional, a fim de acompanhar o crescimento demográfico das populações urbana e rural, o Governo redobrará os seus esforços no sentido de que nenhum amazonense fique sem escola por falta de vaga, principalmente no nível de 1.º grau.

Paralelamente à implantação da rede escolar, será mantido, e com mais ênfase neste ano, o programa de preparação e aperfeiçoamento de professores para o interior, com o uso dos mais variados sistemas, como TV, rádio e cursos intensivos de treinamento.

Dar-se-á continuidade ao Plano de Saúde estabelecido para a Capital, todavia, será meta prioritária do Governo, este ano, fazer funcionar plenamente a rede hospitalar implantada em 1972 no interior. As dificuldades de mão-de-obra especializada, médicos e enfermeiros, procuraremos superar com a participação dos "campi" avançados das Universidades que operam na região, com a colaboração da Universidade do Amazonas e do Ministério da Saúde.

O Governo implantará no exercício de 1973 na capital, o Centro de Doenças Tropicais para a Amazônia Ocidental; uma Clínica Cardiológica; fará a restauração final do Hospital Getúlio Vargas, com a criação do Centro de Tratamento Intensivo; construirá um pavilhão com 60 leitos, no Hospital Adriano Jorge, para abrigar crianças tuberculosas e um Laboratório de Saúde Pública.

Na área de saneamento básico, no presente exercício, terá início a implantação do novo Sistema de Esgotos Sanitários de Manaus. É uma medida que caracteriza como urgente, devido ao crescimento vertiginoso da cidade, em função da implantação da Zona Franca de Manaus, começando-se ditas obras pelos bairros periféricos, aonde se encontram os focos de poluição, devido ao baixo poder aquisitivo da população.

Quanto ao sistema de abastecimento d'água a ênfase será dada ao interior do Estado, para o qual o Governo, no corrente ano, através da Companhia de Saneamento do Amazonas (COSAMA), planejou iniciar todos os projetos elaborados.

No setor transportes a conclusão da Rodovia BR-319 — Manaus-Porto Velho em 1973 é uma realidade. Prevê-se que os serviços de implantação sejam concluidos em agosto e os de proteção da pista de rolamento em dezembro. O primeiro subtrecho, que compreende Careiro-Matuperi tem concluída a sua etapa de implantação.

O programa de construção de portos no interior do Estado será efetivado em 1973. Nada menos do que 8 municípios interioranos terão seus portos construídos, com recursos dos Governos Federal e Estadual. Com os estudos de localização, já concluídos, Itacoatiara, Parintins, Manacapuru, Coari, Tefé, Manicoré, Borba e Tabatinga serão os primeiros municípios a usufruir dos benefícios de um porto moderno para facilitar os seus movimentos de importação e exportação, destacando-se ainda que os municípios de Humaitá, Lábrea, Boca do Acre e Benjamin Constant também terão seus portos construídos por estarem incluídos no Plano de Integração Nacional. Simultâneamente a essas construções, outros estudos serão realizados em diversas sedes municipais, visando dotá-las desse importante serviço.

No setor de telecomunicações, o projeto de implantação do Sistema de Telefonia Urbana no Interior, que tem como órgão executor a Companhia Amazonense de Telecomunicações (CAMTEL), abrangerá em sua primeira fase 12 sedes municipais, já integradas ao sistema interurbano estadual.

Os estudos para instalação das estações automáticas já foram concluídos e proximamente dar-se-á início a fase de implantação.

Na capital, o projeto de expansão do Sistema Telefônico de Manaus será continuado, dotando a rede da cidade com mais 10 mil terminais telefônicos.

O Governo concluirá a montagem da Estação de Rádio Educativa de Benjamin Constant e começará a montagem de uma rede que formará o cinturão de Estações em frequência de onda tropical nos municípios de Itacoatiara, Humaitá, Eirunepé e São Gabriel da Cachoeira.

Senhores Parlamentares,

Antes de concluir, quero lembrar a Vossas Excelência que os Anexos à presente Mensagem contém informações detalhadas sobre os programas e projetos executados em 1972 pelos diversos órgãos que compõem a estrutura operacional do Poder Executivo, responsável pela implantação infraestrutural básica do Estado.

Se fizerem Vossas Excelências, uma análise sensata, uma comparação da abordagem minuciosa desses documentos, verão claramente o trabalho realístico de meu Governo, voltado essencialmente para o progresso do Amazonas na busca de novas perspectivas que venham a beneficiar e estimular as gerações do presente e as do futuro, as quais devemos preparar convenientemente, para continuar a luta pela integração definitiva da Amazônia no contexto sócio-econômico brasileiro.

É relevante afirmar que o esforço despendido até o momento em prol do desenvolvimento do Estado, teve sempre a irrestrita colaboração técnica e financeira dos órgãos federais, orientados pelas seguras diretrizes e decisões do Presidente EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI, em favor da Região Amazônica, particularmente em atenção aos justos pleitos e necessidades do Amazonas.

Encontrou o Governo Estadual, nos Ministérios da Administração Federal, um caminho aberto para a solução dos inúmeros problemas que se apresentaram.

De outra parte, não posso deixar de realçar neste momento a patriótica atuação das nossas Forças Armadas e suas co-irmãs auxiliares. Exército, Marinha, Aeronáutica e Polícia Militar, empenhados em programa de alta relevância, perseguindo os nobres objetivos ditados pela Revolução Democrática de 1964, tem promovido a ação desenvolvimentista, oferecendo Segurança e tranquilidade para o trabalho. De mãos dadas e inspirados pelos mesmos ideais — Governo do Estado e Forças Armadas — unidos, buscam a Integração, deste nosso portentoso Amazonas, valorizando o Homem, como sua meta superior.

As relações com o Poder Judiciário foram benéficas para o estabelecimento de um clima de paz no Estado, promovendo o equilíbrio do Sistema.

É de ressaltar ainda as relações amistosas e especiais com as várias missões religiosas. Essas relações de apreço e cooperação não estariam completas, todavia se o Governo não contasse, como conta, com o apoio do povo amazonense no desempenho da Administração Pública, em consonância com a filosofia da Revolução, avessa ao paternalismo e à demagogia.

É dever de toda a Nação brasileira, aliar-se aos propósitos do Governo Federal em volta de sua política de DESENVOLVIMENTO e SEGURANÇA, opção histórica da presente geração, para colocar o Brasil e seu povo, em posição relevante no contexto das nações do mundo.

Senhores Parlamentares,

Esperamos compreensão, confiança e colaboração para que o Governo continue a mobilizar os instrumentos disponíveis e válidos, necessários a que o Estado do Amazonas e seu povo conquistem um justo nível de desenvolvimento econômico e bem-estar social, com base nas diretrizes e metas delineadas pelo Plano Estadual de Governo 1971/1974.

Daí, por certo, o apoio emprestado no exercício de 1972, por esta ilustre Assembléia, será renovado em 1973, e convicto estou, pois o mesmo é de significativa importância para que o Amazonas alcance, em toda plenitude, os seus altos destinos.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 1.º de março de 1973.

Eng.º JOÃO WALTER DE ANDRADE
Governador do Estado

ANEXOS

GABINETE DO GOVERNADOR

O Gabinete do Governador também teve sua estrutura administrativa reestruturada, sendo de se destacar a extinção da Divisão de Serviço Social e as subunidades das Divisões de Administração e de Encargos Gerais, conforme Lei nº 1.013, de 23 de abril de 1971.

O Decreto nº 2382, de 27 de setembro de 1971, reorganizou administrativamente o Gabinete do Governador, cuja estrutura orgânica apresenta a seguinte composição:

a) Casa Civil
b) Casa Militar
c) Gabinete do Vice-Governador
d) Assessoria de Comunicação Social
e) Assessoria Especial
f) Representações do Governo
g) Divisão de Administração.

O Gabinete do Governador jurisdiciona a Superintendência de Planejamento, Execução e Fiscalização de Obras (SUPLAN), órgão responsável pela execução e fiscalização de obras no Estado.

A SUPLAN no ano passado desenvolveu intensa atividade referente a construção e recuperação de inumeros prédios públicos tanto na capital como no interior do Estado.

Para a execução das atividades afetas ao Gabinete do Governador, foram dispendidos um montante de Cr$ 10.361.256,00.

PROGRAMA: administração

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: Gabinete do Governador

ÓRGÃO VINCULADO: Superintendência de Planejamento, Execução e Fiscalização de Obras (SUPLAN)

PRINCIPAIS PROJETOS/ATIVIDADES DESENVOLVIDOS

1. PROJETO: Construção e Recuperação de Prédios Públicos

Órgão Executor: SUPLAN

. Metas Executadas:

i) Recuperação de Prédios Públicos:

i.1) Capital

Na capital sofreram serviços de recuperação 36 prédios do Estado, a seguir discriminados:

— Grupo Escolar Zulmira Bittencourt
— Grupo Escolar Carvalho Leal
— Grupo Escolar Diana Pinheiro
— Grupo Escolar Ribeiro da Cunha
— Grupo Escolar Almirante Barroso
— Grupo Escolar Machado de Assis
— Grupo Escolar Antônio Telles de Souza
— Grupo Escolar Vicente Telles de Souza
— Grupo Escolar Major Silva Coutinho
— Grupo Escolar Olavo Bilac
— Grupo Escolar Monteiro de Souza
— Grupo Escolar Melo Povoas
— Grupo Escolar Padre Agostinho Martins
— Grupo Escolar Adalberto Vale
— Grupo Escolar Pedro Silvestre
— Grupo Escolar Herbert Palhano
— Grupo Escolar Luizinha Nascimento
— Grupo Escolar Fueth Paulo Mourão
— Grupo Escolar Leopoldo Neves

ii) Construção de Prédios Públicos

ii.1) Capital

— Estadio Vivaldo Lima — Obras em andamento
— Cantina e almoxarifado do IPASEA
— Anexo do Palácio do Governo
— Hospital Getúlio Vargas: Pronto Socorro, Necrotério e Centro de Radiologia — fiscalização
— Central de Atendimento do IPASEA — fiscalização
— Ambulatório de Saúde Mental e Pronto Socorro Psiquiátrico anexo ao Hospital Eduardo Ribeiro — obras em andamento
— Grupo Escolar Conego Azevedo — obras em andamento — fiscalização
— Grupo Escolar Padre Pedro Gislandy — obras em andamento — fiscalização
— Grupo Escolar Humberto de Campos — obras em andamento — fiscalização

— Grupo Escolar Plácido Serrano — obras em andamento — fiscalização
— Grupo Escolar localizado no Bairro da Raiz — obras em andamento
— Grupo Escolar localizado no Bairro do Morro da Liberdade — obras em andamento
— Grupo Escolar localizado no Bairro da Alvorada — obras em andamento
— Grupo Escolar Hermenegildo de Campos
— Grupo Escolar Senador Cunha Melo
— Grupo Escolar Getúlio Vargas
— Grupo Escolar 1º de Maio
— Grupo Escolar Antovila Mourão Vieira
— Grupo Escolar Barão do Rio Branco
— Grupo Escolar Princesa Izabel
— Grupo Escolar Nilo Peçanha
— Grupo Escolar Saldanha Marinho
— Grupo Escolar Antônio Bittencourt
— Grupo Escolar Euclides da Cunha
— Sede da Secretaria de Justiça
— Sede da CODEAMA
— Sede da Imprensa Oficial
— Sede do IPASEA
— Hospital Eduardo Ribeiro
— Distrito Policial Piloto

i.2) Interior do Estado

No Interior do Estado foram recuperados 7 prédios do Estado, em 3 Municípios, a seguir discriminados:

1 — Município de Itacoatiara
— Grupo Escolar Coronel Cruz — fiscalização
— Grupo Escolar Fernando Ellias Ribeiro — fiscalização
— Grupo Escolar Mendonça Furtado — fiscalização
— Grupo Escolar Professora Luiza Vasconcelos Dias fiscalização

2 — Município de Maués
— Grupo Escolar Clovis Prado Negreiros — fiscalização
— Grupo Escolar Santina Filisola — fiscalização

3 — Município de Manacapurú
— Grupo Escolar Leopoldo Neves — fiscalização
— Grupo Escolar localizado no Bairro do Crespo — obras em andamento

— Centro de Recepção e Triagem do Menor — obras em andamento — fiscalização

ii.2) Interior do Estado

a. Município de Manacapurú
   — Prédio da Exatoria de Renda com Residência Anexa
   — Grupo Escolar José Kalil Assaf — obras em andamento — fiscalização
b. Município de Itacoatiara
   — Grupo Escolar — fiscalização
c. Município de Maués
   — Grupo Escolar Ryota Oyama — fiscalização
d. Município de Humaitá
   — Prédio da Exatoria de Renda com Residência Anexa
e. Município de Manicoré
   — Prédio da Exatoria de Renda com Residência Anexa
f. Município de Borba
   Prédio da Exatoria de Renda com Residência Anexa

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

A Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN) foi criada pela Lei nº 1.013, de 23 de abril de 1971, e teve a sua estrutura operacional juntamente com a da CODEAMA aprovada pelo Decreto nº 2.409, de 16 de novembro de 1972. Este último diploma legal dispõe também sobre o Sistema de Planejamento Estadual, cujo órgão central é a SEPLAN.

São órgãos do Sistema de Planejamento Estadual:

a. O Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (CODAM)
b. O Conselho Estadual de Politica Salarial (CEPS);
c. A Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN);
d. A Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (CODEAMA);
e. O Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal (ICOTI);
f. A Processamento de Dados Amazonas S/A (PRODAM);
g. Os Núcleos de Planejamento e Avaliação Setorial das Consultorias e Departamentos Normativos das Secretarias de Estado e de Assessoria da Superintendência de Planejamento, Execução e Fiscalização de Obras (SUPLAN)

A SEPLAN jurisdiciona a CODEAMA, o ICOTI e a PRODAM S.A.

Os referidos órgãos desenvolveram intensas atividades na área do planejamento, como podemos comprovar pelos dados das páginas seguintes.

PROGRAMA: Administração

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN)

ÓRGÃOS VINCULADOS: i) CODEAMA e ICOTI (autarquias)
ii) PRODAM S.A. (Sociedade de Economia Mista)

PROJETOS/ATIVIDADES EXECUTADOS:

1. **Atividade: Funcionamento do Sistema de Planejamento Estadual**

. Órgão Executores: SEPLAN, CODEAMA, ICOTI e PRODAM
. Resultados Alcançados:

i) **SEPLAN**

i.1) De responsabilidade do Gabinete do Secretário

— Participação no IV Encontro Nacional de Secretários de Planejamento;
— Participação na Coordenação local do Encontro "Sul vai ao Norte", e prestação de assessoramento técnico ao conclave;

— Coordenação local e participação na assessoria técnica do I Encontro Regional de Planejamento;
— Coordenação dos trabalhos de Implantação do Sistema de Planejamento Estadual;

— Coordenação dos Trabalhos de Implantação da Reforma Administrativa em todo o mecanismo da administração do Estado;
— Aquisição e montagem da nova sede do Sistema de Planejamento Estadual;
— Orientação, acompanhamento e avaliação de todas as atividades do Plano de Governo 1971/1974;

— Implantação definita da PRODAM — Processamento de Dados Amazonas S.A.

ii) CODEAMA

ii.1) De responsabilidade do Gabinete do Secretário Executivo

— Comando de execução de todas as atividades dos Núcleos de:
Programação Institucional, Controle da Programação, Pesquisas, Análise e Inferência Estatística, Estatística e Informações, Orçamentação, Documentação e Publicação;
— Implantação do Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal — ICOTI;
— Implantação do Núcleo de Assistência Industrial — NAI
— Coordenação Técnica da "Primeira Avaliação do Plano de Governo — período 1971/1972;
— Elaboração do "Projeto de Treinamento de Pessoal para o Sistema de Planejamento do Estado do Amazonas";
— Elaboração do "Segundo relatório parcial do estudo de mercado de caráter internacional sobre produtos agroindustriais passíveis de serem produzidos no Estado do Amazonas";
— Elaboração do "Programa de Aplicação — excesso de Transferência do Fundo Especial";
— Elaboração do "Roteiro de Projetos e Atividades Prioritárias para 1973";
— Elaboração do "Projeto do Açúcar" (estudo preliminar);

ii.2) Coordenadoria de Orçamento

Nesta Coordenadoria foram realizados os seguintes trabalhos em 1972.
— Orçamento-Programa da CODEAMA, para o exercício de 1972;
— Orçamento-Programa do Estado do Amazonas, para o exercício de 1972;
— Atualização do Programa de Aplicação dos Fundos de Participação e Especial para 1973 e elaboração do referido Programa para 1974;
— Elaboração do Plano de Aplicação do Excesso de Arrecadação do Fundo Especial;
— Elaboração do Plano de Aplicação de Atividades e Projetos Prioritários à Conta do Fundo Perdido;

— Elaboração do Plano de Aplicação dos recursos do Convênio entre a Secretaria de Articulação entre os Estados e Municípios (SAREM) e o Governo do Estado do Amazonas;
— Elaboração do Quadro de Detalhamento da Despesa, para o exercício financeiro de 1973;
— Elaboração da Programação Financeira referente ao 2º Semestre de 1972 e ao 1º Semestre de 1973;
— Estimativa da Receita para o exercício financeiro de 1973;
— Elaboração de Orçamentos de entidades da Administração Indireta;
— Realização do Seminário de Orçamento;
— Curso Intensivo de Prática Orçamentária;

ii.3) Núcleo de Pesquisas

Foram realizados neste Núcleo os seguintes trabalhos em 1972;
— Relatório Preliminar de Desenvolvimento Integrado do Município de Humaitá (AM);
— III Pesquisa Sócio-Econômica da Cidade de Manaus;
— Conta Consolidada do Setor Público — Convênio IPEA/CODEAMA;
— Estudos de viabilidade, localização e mercado para instalação de Usinas de Beneficiamento de Borracha junto às fontes produtoras, com participação do pessoal técnico da ACAR-AM;

ii.4) Unidade de Estatística e Informações

— Foram realizados os seguintes trabalhos em 1972:
a) Estatística Educacional;
b) Estatística Militar;
c) Estatística Política e Social;
d) Estatística de Produção:
— Levantamento de Produção Extrativa/1971
— Séries retrospectivas referentes à produção extrativa;
— Levantamento de Produção Agrícola/1971;
— Série retrospectiva relativas à produção agrícola;
e) Estatística Econômico-Financeira:
Trabalhos Concluídos:
— Apuração da Importação e Exportação do Estado, Comércio Nacional por Cabotagem, ano de 1970;

— Apuração da Importação e Exportação do Estado, Comércio, Nacional por Vias Internas, ano de 1970;
— Séries retrospectivas do Comércio de Cabotagem e Comércio Exterior (importação e exportação no periodo de 1966 a 1969).

Trabalhos Iniciados:
— Apuração da Importação do Estado, Comércio Exterior, ano de 1970;
— Levantamento da Importação do Estado, por Vias Internas, no período de 1968 a 1970;
— Apuração da Exportação do Estado para o Comércio Nacional por Cabotagem e Vias Internas, ano de 1971;

ii.5) Núcleo de Assistência Industrial (NAI)

O NAI em 1972, desenvolveu as seguintes atividades:
— Formação de mão-de-obra especializada — através da participação de 12 técnicos no Curso de Formação de Especialistas em Pequenas e Médias Indústrias, realizado em Campinas (SP);
— Elaboração do Cadastro Industrial de Manaus;
— Elaboração do Diagnóstico do Setor Madeireiro;
— Elaboração da Estrutura inicial do NAI;
— Assistência Técnica às seguintes empresas:
Serraria S. Jorge — Organização e Controle de Produção;
Metalúrgica Sto. Antônio — Organização de Produção;
Imprensa Oficial — Levantamento e Controle de Custos;
PROTEGE — Proteção Industrial Ltda. — Levantamento e Controle de Custos;
— Elaboração do estudo "Necessidade de Criação de um Fundo de Desenvolvimento, vinculado ao Sistema Estadual de Planejamento;
— Elaboração do projeto para Celebração do Convênio entre a CODEAMA e o Centro Brasileiro de Assistência a Gerencial a Pequena e Média Indústria;
— Elaboração do projeto para Celebração do Convênio entre a CODEAMA e a SUFRAMA;

ii.6) Núcleo de Administração de Incentivos Fiscais

Foram desenvolvidas as seguintes atividades neste Núcleo em 1972:

a) Projetos Analisados:
Foram analisados 26 projetos, sendo, 24 industriais e 2 agropecuários, desses destacam-se: SHARP DO BRASIL S/A; IPLAM Ind. e Pasteurização de Leite do Amazonas, Matadouro Frigorífico de Manaus S/A — FRIGOMASA, ESTAMAN — Estaleiros Manaus Ltda., PHILIPS DA AMAZÔNIA LTDA e EVA-DIN — Indústria Amazônia Ltda.

b) Projetos Analisados — Convênio CODEAMA/SUFRAMA:
Em cumprimento a este convênio foram analisados 8 projetos industriais;

c) Projetos em Análise:
Encontram-se em análise neste Núcleo 3 projetos industriais;

d) Consultas, Laudos Técnicos e Pareceres
— Consultas respondidas: 9
— Laudos Técnicos emitidos: 12
— Parecer emitidos: 14

e) Elaboração de Estudo de Reorganização e Diagnóstico Administrativo da CAMTEL;

ii.7) Coordenação de Assistência Jurídica

ii.7.1) Atividades de natureza Técnico-Jurídica executadas:

— Pareceres e Considerações: 11
— Leis (minutas de projetos) e Mensagens Governamentais: 9
Decreto (Minuta): 40
— Convênios, Contratos e Justificativas Técnicas: 10

ii.8) Unidade de Documentação e Publicação

a) Movimento Editorial:
— Série "Estudos Específicos": 4
— Série "Cadernos de Documentação": 5
— Série "Divulgação": 4
— Outras Publicações: 2

iii) Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal (ICOTI)

O ICOTI em 1972 desenvolveu as seguintes atividades:

a) Identificação da Problemática Municipalista
Visando a identificação da problemática interiorana foram realizadas viagens de técnicos aos seguintes Municípios: Barreirinha, Boca do Acre, Careiro, Humaitá, Manacapurú, Nhamundá, Parintins e Urucará;

b) Promoção do I e II Encontro de Entidades;

c) Treinamento de Pessoal dos Municípios
Foram realizados os seguintes cursos:
— Curso de Prática Orçamentária, com 13 participantes;
— Curso de Treinamento em Elaboração e Execução Orçamentária, com 7 participantes;

d) Assistência Técnico — Administrativa
— Elaboração de Esquemas Financeiros para aplicação dos recursos oriundos do Convênio entre a SEDUC e os Municípios — para este trabalho foram atendidos 17 Municípios;
— Elaboração do Orçamento Financeiro para 1973 do Município de Humaitá;
— Orientação e correção de folhas na prestação de contas referente ao pagamento de professores distritais do Município de Boca do Acre;

e) Engenharia Municipal
O ICOTI está trabalhando no projeto especial para a Transferência das Sedes Municipais de Boca do Acre, Benjamin Constant e Careiro;

f) Desenvolvimento Comunitário
— Implantação do Sistema de Desenvolvimento Comunitário no município de Parintins;

iv) PRODAM — Processamento de Dados Amazonas S.A.

Principais atividades desenvolvidas pelo PRODAM em 1972:

a) CAMTEL: relação de contas emitidas, relação de contas pagas, resumo diário dos recebimentos, relação das contas em atraso, estatísticas diversas, relatórios auxiliares para a EMBRATEL;

b) COSAMA: relatório das contas emitidas, relação das contas pagas, resumo diário dos recebimentos, relação das contas em atrasos, relação para corte;

c) Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário: formação do cadastro, emissão e controle do pagamento do funcionalismo, relação do cadastro, folha de pagamento, contra-cheque de pagamento, relação para creditos em bancos, relação de descontos e consignações, relação anual para o Imposto de Renda;

d) DETRAN: diversos trabalhos não enumerados;

e) BEA S/A:

Contas Correntes:

— Relatórios Diários — emissões: de papeletas de contas movimentadas; de papeletas excedentes; da relação da posição dos cheques visados; do balancete; da relação dos lançamentos; do diário auxiliar; da relação dos saldos superiores a Cr$ .... 5.000,00; da relação dos saldos devedores; e da relação dos cheques devolvidos na compensação;

— Relatórios Mensais — emissões: da relação dos saldos médios; da relação estatística de saldos médios; e dos extratos de contas;

Relatório Anual — emissão da relação dos saldos em 31.12. para o Imposto de Renda:

f) Projetos para a SUFRAMA, BASA e ESTANAVE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Com a implantação da Reforma Administrativa no Estado, a Secretaria de Administração sofreu uma completa reestruturação administrativa.

A nova estrutura administrativa da SEAD aprovada pelo Decreto nº 2.135, de 7 de julho de 1971, apresenta a seguinte composição:

a. Gabinete
b. Consultoria Normativa dos Sistemas
c. Coordenadoria do Sistema de Pessoal
d. Coordenadoria dos Sistemas de Material e Serviços Gerais
e. Auditoria dos Sistemas
f. Escola de Serviço Público do Estado do Amazonas (ESPEA)
g. Comissão de Regime Disciplinar
h. Divisão de Administração

A SEAD em 1972, procurou dentro de suas possibilidades implantar as diretrizes traçadas pelo Plano de Governo para o Programa Administração, preocupando-se principalmente com a fixação e o acompanhamento das políticas de Pessoal, inclusive seu desenvolvimento através de treinamento especializado, Material e Serviços Gerais, compreendendo atividades de patrimônio, transportes, zeladoria, comunicações e arquivo, documentação, etc.

A partir da página seguinte estão enumerados os resultados alcançados pela SEAD com relação as políticas de Pessoal, Material e Serviços Gerais.

Para fazer face a programação desenvolvida em 1972, esta Secretara dispendeu a importancia de Cr$ 1.348.677,00.

PROGRAMA: Administração

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: Secretaria de Administração (SEAD)

ÓRGÃO VINCULADO: IPASEA (autarquia)

PRINCIPAIS PROJETOS/ATIVIDADES DESENVOLVIDOS

1. Atividade: Sistema de Material

. Órgão Executor: Coordenadoria do Sistema de Material da SEAD
. Resultados Alcançados:

i) Treinamento de agentes do sistema, sob forma de reciclagem;

ii) Fixação de normas que aprovam padrões gerais de operacionalização do sistema, em busca da elaboração do Manual de Serviço, documento este que se encontra em fase final de discussão;

iii) Simplificação de rotinas e elaboração de novos formulários específicos;

iv) Implantação efetiva nas Secretarias dos Núcleos Setoriais;

v) Encontra-se em testes na SEAD um processo de previsão de consumo visando a institucionalização do **ciclo de requisições de materiais**, que permitirá um efetivo e acessível controle do estoque e um consequente planejamento de aquisições;

vi) Elaboração do **Cadastro de Fornecedores**, que permitiu fixar um controle cadastral encontra-se em fase de implantação;

vii) Elaboração de um trabalho de coleta de dados visando conhecer os níveis de estoque de materiais — Máximo, Mínimo e Consumo Médio — com vistas a: **Compra em processo cíclico e licitação programada;**

2. Atividade: Sistema de Serviços Gerais

. Órgão Executor: Coordenadoria do Sistema de Material da SEAD
. Resultados Alcançados:

i) Elaboração de um Sistema de Patrimônio, visando o controle dos bens móveis da Administração, este documento encontra-se em fase final de discussão;

ii) Com relação a Protocolo, foram fixados padrões básicos de funcionamento, padrões estes que foram discutidos por servidores que atuam na atividade, encontrando-se atualmente em teste nas diversas Unidades;

iii) Foram iniciados estudos objetivando a institucionalização de um Sistema de Arquivo.

3. Atividade: Sistema de Pessoal

. Órgão Executor: Coordenadoria do Sistema de Pessoal da SEAD
. Resultados Alcançados:

i) Elaboração de um Projeto Piloto de Implantação do Sistema de Pessoal na área de Educação;

ii) Elaboração de um Projeto de Simplificação dos Processos de Prestações de Pessoal, apresentando novos procedimentos que permitem automatizar ou semiautomatizar prestações de: a) salário-família; b) licença especial; c) licença para trato de interesses particulares: d) licença médica; e) adicional por tempo de serviço; e f) aposentadoria; além de haver simplificado rotinas de: a) contrato de trabalho; b) registro individual de faltas e impontualidades; c) registro coletivo de faltas e impontualidades; e d) opção para o regime CLT.

Atuando junto ao Conselho Estadual de Política Salarial:

i) Diretrizes básicas sobre a política salarial dos servidores estaduais;

ii) Proposição para classificação dos Estatísticos em cargos de nível universitário;

iii) Proposição semelhante com relação aos Bibliotecários, em fase de estudos;

iv) Elaboração da Lei que fixou Carreira Policial;

v) Reajustamento do valor da Gratificação Adicional por Tempo de Serviço, referente aos servidores aposentados, em fase final de estudos;

vi) Elaboração de critérios visando a uniformização de vencimentos, salários, proventos e pensões de valor inferior ao salário mínimo regional;

vii) Elaboração de normas para implantação do Quadro CLT do Gabinete Civil do Governador do Estado;

4. Atividade: Treinamento de Pessoal

. Órgão Executor: ESPEA

. Resultados Alcançados:

A ESPEA treinou 386 servidores e 35 diretores de Administração das diversas Unidades da Administração Estadual, num total de 1.626 horas de treinamento, referente as seguintes áreas:

i) Contabilidade Pública;

ii) Linguagem e Comunicação;

iii) Administração Sistêmica, para servidores das Coordenadorias de Pessoal e Material;

iv) Chefia e Assessoramento, para Médicos;

v) Administração de Material;

vi) Prática e Estética Datilográfica;

vii) Administração de Pessoal;

viii) Administração Orçamentária;

ix) Comunicações;

x) Estatística;

xi) Prática de Arraes Fluviais;

xii) Seminários para Diretores de Administração e Assessores das Coordenadorias dos Sistemas de Pessoal, Material e Serviços Gerais.

5. **Atividade: Funcionamento do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Amazonas (IPASEA)**

. Órgão Executor: IPASEA
. Resultados Alcançados:

i) 121.944 atendimentos assistenciais;

ii) 3.270 benefícios concedidos;

iii) Construção da Central de Atendimentos;

iv) Equipamento da Central de Atendimentos;

v) Aquisição de viaturas e ambulância ;

vi) Aquisição de terreno para construção do prédio da representação de Parintins;

vii) Contratação de Serviços de Assistência Médico-Hospitalar com o Hospital dos Servidores do Pará.

SECRETARIA DE FAZENDA

Na atual política organizacional do Governo Estadual, estruturada com base em uma administração sistêmica, coube a Secretaria de Fazenda (SEFAZ) a gestão do Sistema Financeiro, que constitui o fator condicionante da realização dos multiplos encargos resultantes dos objetivos próprios do Governo do Estado.

Para a efetivação desses objetivos, conta a SEFAZ com a departamentalização de unidades administrativas, responsáveis pela arrecadação e fiscalização dos tributos estaduais, contabilização da receita e despesa pública, além dos órgãos de apoio componentes da administração meio.

Antes da implantação da Reforma Administrativa no Estado, na SEFAZ a desatualização era geral, tanto no que se referia a legislação tributária, como também, no tocante às estruturas e regimentos de organização.

A reestruturação administrativa implantada no órgão teve como objetivo racionalizar os métodos de trabalho, considerando cada unidade do sistema como integrante de um todo, visando com isso atingir um fim comum.

O atual sistema fazendário é formado de 5 subsistemas, assim explicitados:

1. Subsistema de Decisão, Coordenação e Apoio, constituído de:
   a. Secretário
   b. Subsecretário
   c. Consultoria Normativa
   d. Divisão de Administração

2. Subsistema de Assessoramento Jurídico e Julgamento, constituído de:
   a. Auditoria Fiscal
   b. Conselho de Recursos Fiscais
   c. Subprocuradoria de Fazenda
   d. Contribuintes
3. Subsistema de Administração da Receita, constituído de:
   a. Cadastro
   b. Controle da Arrecadação
   c. Fiscalização
   d. Banco do Estado
   e. Rede Bancária
   f. Contribuintes
4. Subsistema de Administração da Despesa, constituído de:
   a. Contadoria Geral
   b. Tesouraria Geral
   c. Tomada de Contas
   d. Unidades Orçamentárias
   e. Rede Bancária
   f. Fornecedores

5. Subsistemas de Contribuintes e Fornecedores, constituídos de:

a. Contribuintes
b. Fornecedores

Visando facilitar o entendimento do processamento das ações do sistema fazendário, utilizaram-se os Contribuintes, os Fornecedores, o Banco do Estado, a Rede Bancária e as Unidades Orçamentárias, como elementos comuns em relação aos 5 subsistemas definidos.

Para o funcionamento em 1972 do atual sistema fazendário, a SEFAZ dispendeu Cr$ 66.203.390,00.

PROGRAMA: Administração

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: Secretaria de Fazenda (SEFAZ)

PRINCIPAIS PROJETOS/ATIVIDADES DESENVOLVIDOS

1. ATIVIDADE: Funcionamento da Secretaria de Fazenda

Órgão Executor: SEFAZ
. Resultados Alcançados:

i) Aspectos Institucionais

i.1) Estrutura Administrativa

Com a reforma administrativa implantada no Estado, a SEFAZ como as demais Secretarias foi reestruturada, ganhando uma nova estrutura administrativa que não diverge muito dos modelos convencionais atualizados. Entre as novas unidades institucionalizadas, destacam-se a Divisão de Cadastro e Informações Econômico-Fiscais e a Divisão de Controle da Arrecadação, atuando elas como o centro do subsistema de Administração da Receita.

i.2) Legislação Tributária

A Legislação Tributária do Estado era desatualizada, tanto na parte substantiva, e totalmente imperfeita na parte adjetiva, isto contribuía grandemente para a prática da sonegação e aumento da evasão de receitas.

Em decorrência disso, foi reformulada toda a legislação fiscal do Estado, criando-se condições, de direito, para aumento da produtividade na arrecadação dos impostos, principalmente o ICM .

ii) Funcionamento do Sistema Fazendário

ii.i) Diretoria da Receita

— Divisão de Fiscalização

Nesta unidade houve a adoção de práticas modernas de fiscalização orientada.

Na execução de suas atividades específicas e dentro da programação posta em prática, foram conseguidos os seguintes resultados:

a) 634 autos lavrados referente ao ICM;

b) 1.126 autos de apreensão de mercadorias em situação irregular;

c) Promoveu o Recolhimento de ICM de produtos "in natura" manifestados e não manifestados.

— Divisão de Controle da Arrecadação

Nesta unidade a principal inovação introduzida se fez sentir na abolição de serviços e rotinas superados, como por exemplo, o despacho e desembaraço obrigatório de Entrada e Saida de Mercadorias, sendo extinto consequentemente o PASSE de circulação de embarcações e outros veículos, medidas essas que dificultavam a circulação de mercadorias em todo o Estado, e consequentemente oneravam os custos dos bens e serviços comercializados.

Dentro da nova sistemática adotada, a arrecadação de tributos do Estado passou a ser executada pela Rede Bancária autorizada, composta de 11 bancos e 38 exatorias sediadas no interior do Estado.

Com as novas normas implantadas, foram arrecadados como Receita Própria do Estado, afora os fundos federais, a importância de Cr$ 120.210.595,00. Deste total Cr$ 105.661.755,00 é representado pelo ICM, sendo Cr$ .... 95.478.686,00 na Capital e Cr$ 10.183.069,00 no interior do Estado.

Comparando-se a arrecadação do ICM de 1972 com a de 1971, verifica-se que houve um acréscimo de ÷ 42,28% a **preço correntes**.

Fazendo-se a comparação a **preço constantes** a Cr$ de 1972 verifica-se que houve um acréscimo de ÷ 21,64%. Para se chegar a esta última conclusão adotou-se dados da Revista Conjuntura Econômica (JAN/73), editada pelo Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas. Da referida revista na tabela Índice Geral de Preços- Disponi-

bilidade Interna, utilizou-se dos índices de: 277 referente a 1971, e 324 para 1972, sendo que este último é o resultado de média dos meses do referido ano.

— Divisão de Cadastro e Informações Econômico-Fiscais (DCIEF)

Foi implantado um novo modelo de cadastro para os contribuintes, tendo sido processado o recadastramento e/ou cadastramento seguinte:

— Contribuinte Normal	3.313
— Contribuinte p/Estimativa	234
— Contribuinte de Retenção na Fonte	3.636

Houve modificações substanciais nos talonários de notas fiscais.

A DCIEF tem condições de fornecer informações econômico-fiscais de todo o Universo de Contribuintes do Estado, e dispõe também de listagens do Cadastro Geral, por ordem alfa de protocolo, numérica de C.G.C, numérica de inscrição e por código de atividades.

ii.2) Diretoria de Finanças

— Divisão de Contadoria Geral

Nesta divisão foram processados sob os codigos e títulos da Contabilidade do Estado o seguinte:

— Despesa empenhada	Cr$ 277.880.031,00
— Despesa paga	Cr$ 251.488.973,00
— Despesa empenhada a pagar	Cr$ 26.391.058,00

ii.3) Subprocuradoria Fiscal

Este órgão jurídico da SEFAZ apresentou os resultados seguintes:

— Impôsto Transm. Intervivos	Cr$	1.197.637,00
— Impôsto Causa — Mortis	Cr$	85.398,00
— Dívida Ativa Executada	Cr$	55.546,00
— Parcelamento de Executivos Fiscais	Cr$	2.004.155,00

ii.4) Auditoria Fiscal

Nesta auditoria as decisões atenderam a seguinte ordem:

— 27 Processos fiscais
— 13 processos de consultas
— 21 pedidos de restituição

ii.5) Conselho de Recursos Fiscais
Neste Conselho foram julgados 26 recursos, sendo 23 ex-ofício e 3 voluntários

ii.6) Divisão de Administração
Nesta divisão as principais atividades desenvolvidas foram:

— instalação da aparelhagem de micro-filmagem no Setor de Documentação e Arquivo;
— Aquisição de 5 lanchas de fibra de vidro com 170 HP cada, e 3 botes de fibra de vidro com 65 HP cada;
— Aparelhamento da oficina mecânica;
Aquisição de 7 veículos para o serviço de apoio administrativo e fiscal.

SECRETARIA DE JUSTIÇA

Como resultado da reforma administrativa levada efeito no Estado, foi instituida pelo Decreto nº 3.335, de 25 de agosto de 1972, a nova estrutura administrativa da Secretaria de Justiça, que compõe-se dos seguintes sistemas:

a) Sistema do Ministério Público Estadual;
b) Sistema de Apoio Jurídico do Estado;
c) Sistema Penitenciário Estadual;
d) Sistema Administrativo.

Entre os novos órgãos que passaram a integrar a estrutura da SEJUS, figura uma Consultoria Normativa para o necessário apoio técnico na orientação e suporte jurídico-institucional às relações entre os Poderes do Estado, e às do Poder Executivo com os Governos Municipais.

O Arquivo Público que pertencia a antiga estrutura da SEJUS, passou à jurisdição da Secretaria de Administração.

Com a revogação do Decreto nº 563, de 28 de maio de 1966, foi elaborado o novo Regimento Interno da SEJUS, dentro de suas especializações, cujo documento está dependendo da sanção do Governador.

A nova estrutura da SEJUS desenvolveu a contento, suas atividades no ano de 1972, conforme se pode observar na página seguinte. Para o funcionamento da máquina administrativa da Secretaria foi despendido um total de Cr$ 2.705.685,00.

PROGRAMA: Administração

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: Secretaria de Justiça (SEJUS)

ÓRGÃO VINCULADO: Imprensa Oficial (Autarquia)

PRINCIPAIS PROJETOS/ATIVIDADES DESENVOLVIDOS

1. ATIVIDADE: Funcionamento da Secretaria de Justiça

. Órgão Executor: SEJUS
. Resultados Alcançados:

i) Sistema do Ministério Público Estadual
a. Elaboração do Boletim do Ministério Público
b. Participação no IV Congresso Interamericano do Ministério Público
c. Reunião sobre a Lei Anti-Tóxicos
d. Curadorias de Justiça
— Acidente de trabalho patrocinado pelo Ministério Público: 3
— Tutela curatela e interdição: 15
— Pareceres-Mandado de Segurança e outras ações cíveis: 1.029
— Processos de menores infratores: 4

e. Comarca de Manaus
— Inquéritos
— Recebidos 509
— Arquivados 69
— Processos iniciados:
— Denúncias 439
— Contravenções 3
— Lei nº 4.611 83

— Processos concluídos:
— Sentença absolvitória 16
— Sentença condenatória 67

— Tribunal do Juri:
— Sentença absolvitória 8
— Sentença condenatória 9

— Recursos:
— Instância superior 11

f. Comarca do Interior

— Inquéritos:

— Recebidos 206

— Arquivados 18

— Processos iniciados:

— Denúncias 124

— Lei nº 4.611 3

— Processos concluídos:

— Sentença absolvitória 2

— Sentença condenatória 12

— Tribunal do Juri:

— Sentença absolvitória 2

— Sentença condenatória 7

— Recursos:

— Instância Superior 9

ii) Sistema de Apoio Jurídico

— Elaboração de normas disciplinadoras das atividades da Procuradoria Geral do Estado, através dos Decretos nº 2.250, de 31.01.72 — dispondo sobre a estrutura provisória da P.G.E.; e 2.385, de 03.10.72 — estabelecendo condições básicas para montagem e funcionamento do sistema de apoio jurídico.

— Elaboração da Lei nº 1.057, de 13.11.72 — que institucionalizou o sistema jurídico e organizou a P.G.E.

— Assessoramento jurídico e patrocínio judicial dos interesses da pública administração estadual, aos órgãos estaduais da administração direta e indireta.

iii) Sistema Penitenciário Estadual

Foram desenvolvidas as seguintes atividades na Penitenciária Central do Estado:

a) Foram ministrados ensinamentos desde a alfabetização até a última série primária aos detentos;

b) Foram desenvolvidos pela P.C.E. serviços de britagem de pedras, visando ocupar os detentos;

c) Foram desenvolvidos atividades de serviços social como:

— visitas de fiscalização aos locais onde trabalham os reeducandos;

— assistência às famílias dos internos, assim como cuidou dos problemas surgidos entre estes e seus familiares;

— planejou e realizou os festejos do Dia das Mães, Semana da Pátria e Festas Natalinas;

d) Situação dos detentos segundo a Seção de Prontuários Criminais

— Absolvidos:	12
— Habeas-Corpus:	37
— Término de pena:	36
— Relaxamento de Prisão:	34
— Livramento Condicional:	12
— Indultados:	9
— Transferidos:	7
— Fiança:	6
— Foragidos:	6
— Falecidos:	2

e) Foi criado um Grupo-Tarefa com o objetivo de elaborar as normas básicas e estruturais do Sistema Penitenciário Amazonense.

iv) Sistema Administrativo

Principais atividades desenvolvidas no sistema administrativo:

— Elaboração do Regimento Interno da SEJUS;
— Elaboração do Relatório sobre assistência aos menores desamparados, solicitação da FUNABEM;
— Emissão de pareceres jurídicos da Consultoria Normativa;

2. ATIVIDADE: Funcionamento da Imprensa Oficial do Estado

. Órgão Executor: Imprensa Oficial
. Resultados Alcançados:

i) Pessoal

— Instituição do quadro de pessoal temporário;
— Elaboração de um manual de classificação e avaliação do pessoal;
— Realização do Curso "Relações Humanas e Produtividade";

ii) Assistência Social

— Participação na campanha de vacinação infantil contra a Poliomielite, colocando a disposição da SESAU, salão frontal do prédio, veículo com motorista, três servidores para auxiliares no trabalho de vacinação e a impressão gratuíta de cartazes alusivos a campanha;

iii) Diário Oficial

— Foram realizadas 163 edições do Diário Oficial com uma tiragem de 136.683 jornais;

iv) Setor Gráfico

— Treinamento de menores da Colônia Agro-Escolar Melo Matos;

— Aquisição de um sistema off-set composto de uma Máquina Impressora SOLNA e o respectivo laboratório de Fotolito;

v) Ampliação de Instalações

Visando o aproveitamento racional de suas dependências, foram construídas instalações para laboratório, fundição de metal cisterna e ampliação da área de encadernação;

vi) Custos

Com relação a Custos, a Imprensa Oficial foi beneficiada com um Estudo de Custo Operacional realizado pelo Núcleo de Assistência à Indústria.

3. PROJETO: Construção do Centro de Recepção e Triagem do Menor

. Órgão Executor: SEJUS em convênio com a FUNABEM

. Resultados Alcançados:

i) Foi lavrado na Procuradoria Geral do Estado o contrato com a firma ESUSA para construção do Centro;

ii) As obras tiveram seu início em setembro, e encontram-se em andamento, prevendo-se sua conclusão para março/1973.

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

A Secretaria de Serviços Sociais (SESERV), criada pela Lei nº 1.013, de 23 de abril de 1971, como as demais Secretarias novas, dispõe de estrutura administrativa aprovada, contudo, como as outras, não desenvolveu nenhuma atividade administrativa em 1972, pelo fato de seu funcionamento só estar previsto para 1973.

A citada Secretaria jurisdiciona a Companhia de Habitação do Amazonas (COHAB-AM), órgão responsável pela execução do programa habitacional no Estado.

As atividades da COHAB-AM no ano passado restringiram-se quase que somente, a elaboração de projetos para construção de futuros conjuntos habitacionais em Manaus e no Interior do Estado.

O Projeto de construção de um conjunto habitacional na Ponta Negra, previsto para 1972, não foi levado avante pelo fato dos terrenos da COHAB-AM na referida localidade, terem sido invadidos, criando dificuldades para a empresa na seleção de outras áreas.

PROGRAMA: Habitação

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: Secretaria de Serviços Sociais (SESERV)

ÓRGÃO VINCULADO: Companhia de Habitação do Amazonas (COHAB-AM) (Sociedade de Economia Mista)

PRINCIPAIS PROJETOS/ATIVIDADES DESENVOLVIDOS

1. Projeto: Construção de Unidades Residenciais no Estado

. Órgão Executor: COHAB-AM

. Metas Executadas:

i) Execução das obras de infra-estrutura (água, luz e sistema fossas sumidouros) da 2ª Etapa do Conjunto Residencial "31 de Março", no Bairro do Japiim;

ii) Elaboração do plano de vendas das unidades habitacionais da 2ª Etapa do Conjunto Residencial "31 de Março", no Bairro do Japiim, e o seu envio para o BNH, para aprovação;

iii) Entrega aos proprietários das 1.000 residências que compõem a 2ª Etapa do Conjunto Residencial "31 de Março";

iv) Convênio firmado entre o BNH e o Governo do Estado, para execução de parte da infra-estrutura (drenagem, meios-fios e sarjetas) da 1ª e 2ª Etapas do Conjunto Residencial "31 de Março";

v) Elaboração do projeto complementar para construção de 66 unidades habitacionais no Município de Manacapurú, encontra-se em fase final de análise no BNH;

vi) Elaboração do ante-projeto de 1.000 unidades residenciais, a serem edificadas na Estrada dos Franceses. O projeto de infra-estrutura está em fase de conclusão;

vii) Levantamento topográfico da área, com o fechamento de poligonal e colocação de marcos; identificação dos ocupantes; início das ações de emissão de posse, referente a área de propriedade desta Companhia na Ponta Negra;

viii) Realização de estudos preliminares para elaboração de um ante-projeto para construção de um Conjunto Residencial no Município de Humaitá.

SECRETARIA DE SAÚDE

A Secretaria de Saúde como todas as Secretarias existentes antes da Reforma Administrativa, teve a sua estrutura administrativa reestruturada. O Decreto nº 2.136, de 7 de julho de 1971 aprovou a nova estrutura organizacional da SESAU, que compõe-se dos seguintes Órgãos:

a) Conselho Estadual de Saúde
b) Gabinete
c) Departamento Normativo
d) Coordenadoria de Assistência Hospitalar
e) Coordenadoria de Saúde Comunitária
f) Coordenadoria de Serviços Técnicos Auxiliares
g) Divisão de Fiscalização Profissional
h) Divisão de Administração

A grande preocupação da SESAU era a de implantar uma estrutura simples, funcional e flexível no Estado, para servir de base aos programas assistenciais curativo-preventivo que viessem melhorar os níveis de saúde da população.

As deficiências físicas da rede médico-sanitária da Capital e a problemática criada com a importação das unidades médicas, não permitiu a SESAU partir de imediato para uma programação sanitária definida e permanente.

Partiu a SESAU para a recuperação e ampliação física da rede hospitalar do Estado, aproveitando ao máximo as estruturas existentes, e construindo o essencial, tanto na Capital, como no Interior.

O plano original das unidades pré-fabricadas foi reformulado visando cobrir municípios com reais necessidades, porém, evitando-se implantá-los em outros municípios nos quais já existisse alguma estrutura de saúde aproveitável pertencente ou não ao Estado.

PROGRAMA: Saúde e Saneamento

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: Secretaria de Saúde (SESAU)

PRINCIPAIS PROJETOS/ATIVIDADES DESENVOLVIDOS

1. **Projeto: Instalação e Operação de Unidades Médicas na Capital e no Interior do Estado**

. Órgão Executor: SESAU — Grupo-Tarefa PIUMI
. Metas Executadas:

i) Montagem de 13 unidades do tipo I, nos seguintes Municípios: Autazes, Barreirinha, Urucurituba, Anorí, Silves, Atalaia do Norte, Codajás, Pauini, Canutama, Tapauá, Maraã, Jutaí e Santo Antonio do Içá;

ii) Complementação das obras de montagem de 2 unidades do tipo I, nos Municípios de: Itapiranga e Nhamundá;

iii) Complementação das obras de montagem de 5 unidades do tipo II, nos Municípios de: Manaus (Alvorada e Morro da Liberdade), Santo Antonio do Içá, Urucará e Novo Aripuanã;

iv) Montagem de 2 unidades do tipo III, nos Municípios de Lábrea e Boca do Acre;

v) Complementação das obras de montagem de 2 unidades do tipo III, nos Municípios de: Nova Olinda do Norte e Borba;

vi) Complementação das obras de montagem de 3 unidades do tipo IV, nos Municípios de: Itacoatiara, Maués e Manicoré;
vii) Montagem de 3 unidades médicas do tipo VI, nos municípios de: Coari (*) e Manacapuru;
Nota: (*) — Refere-se a duas unidades.

viii) Complementação das obras de montagem de 8 unidades do tipo VI, nos Municípios de: Itacoatiara, Maués, Lábrea, Boca do Acre, Borba, Manicoré, Nova Olinda do Norte e Humaitá;

ix) Reforma do Hospital de Humaitá.

2. Projeto: Recuperação e Reaparelhamento da Rede Hospitalar da Capital

. Órgão Executor: SESAU

. Metas Executadas:

i) Elaboração de estudo físico-funcional de 4 hospitais;

ii) Recuperação e Reaparelhamento dos seguintes hospitais:

a. Hospital Getúlio Vargas

— Obras de ampliação e reforma — 100% executadas
— Obras de recuperação — 70% executadas

O número de leitos praticamente dobrou, pois dos 153 existentes, foram construídos mais 141.

Várias unidades assistenciais deste nosocômio foram ampliadas e dotadas de modernos equipamentos, a seguir enumeramos;

a.1 — Pronto Socorro, ainda em obras, está sendo dotado de 25 leitos de observação;

a.2 — Unidade de Radiologia e Radioterapia, foi dotada de aparelhos de RX de 100 a 500 mA e de Radioterapia Superficial e Profunda;

a.3 — Unidade de Neurologia, Neurocirurgia foi dotada de 14 leitos;

a.4 — Unidade de Ortopedia e Traumatologia, foi dotada de 14 leitos, sala de RX de 100 mA e sala de gesso;

a.5 — Unidade de Laboratório Clínico, com área triplicada e dependências seccionadas por tipos de exames;

a.6 — Unidade de Moléstias Transmissíveis, dotada de 40 leitos, Centro de Pesquisas e Laboratório seccional;

a.7 — Banco de Sangue, foi dotado de Laboratório, depósito de sangue e plasma, sala de coleta e repouso;

a.8 — Serviço Social Médico, foi dotado de dependência para atendimento direto ao público e reservado para entrevistas pessoais com Assistentes Sociais;

a.9 — Centro Cirúrgico e de Material Esterilizado, foi dotado de 2 novas salas de cirurgia, sala de anestesia e 2 enfermarias para recuperação pós-cirurgica com 10 leitos;

b. Hospital Infantil Dr. Fajardo
Ganhou este hospital 40 novos leitos.

Foi construído em anexo um Pronto Socorro Infantil, com dependências para Hidratação (10 leitos), observação (10 leitos), 2 consultórios, sala de serviço, 2 salas de pequena cirurgia, moderno e funcional Centro Cirúrgico, Serviço de Radiologia com aparelho de 200 mA, postos de enfermagem, Laboratório Clínico, Banco de Sangue, etc.

c. Maternidade Ana Nery
Ganhou este hospital 30 novos leitos.
Foi recuperado o porão e transformado em Unidade de Pré-Natal e Ginecologia Preventiva, com dependências para 4 Consultórios, Gabinete Dentário, Posto de Enfermagem, Consultório de Colposcopia, Laboratório Clínico, Banco de Sangue, 3 novas salas de parto, etc.

d. Hospital Colônia Antonio Aleixo

— Conclusão das obras do Centro de Fisioterapia;
— Início das obras da nova cozinha.

e. Hospital Colônia Eduardo Ribeiro

— Continuação das obras de recuperação e reforma do prédio, com implantação de 2 novos refeitórios, salas de recreação, estar e visitas, administração, sanitários, almoxarifado e lavanderia, com término previsto para julho de 1973;

— Início da construção do Pronto Socorro Psiquiátrico do Estado, com término previsto para março de 1973;

— Início da construção do Manicômio Judiciário anexo, com 24 leitos, com término previsto para abril de 1973.

f. Hospital Chapot Prevost

— Melhoria das condições físicas e higiênicas do imóvel, através da recuperação de pisos, tetos, equipamentos, etc.

3. Atividade: Assistência Médico-Hospitalar na Capital do Estado

. Órgão Executor: SESAU
. Resultados Alcançados:

Esta atividade visa fornecer os meios necessários a uma boa assistência médico-hospitalar na capital.

Em 1972 foram mantidos 1.545 leitos de longa permanência e 672 de curta permanência.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

A Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC) como as demais Secretarias teve a sua estrutura administrativa reestruturada. A sua nova estrutura orgânica foi aprovada pelo Decreto nº 2.247, de 18 de janeiro de 1972, e apresenta a seguinte constituição:

a) Gabinete do Secretário
b) Departamento Normativo
1. Coordenação de Assuntos Educacionais
2. Coordenação de Assuntos Culturais
3. Coordenação de Educação Física, Recreação e Desportos
c) Auditoria do Sistema Estadual de Educação e Cultura
d) Divisão de Administração

A SEDUC jurisdiciona a SED-AM (autarquia), a FEA, a FCA e a FTEA (fundações).

Além dos projetos/atividades desenvolvidos, conforme se pode observar nas páginas seguintes, a SEDUC também desenvolveu outras atividades no setor educação. como:

— Foi criada e encontra-se em início de implantação a Universidade de Tecnologia da Amazônia (UTAM). Essa Universidade visa a realização de cursos de carreiras de curta duração, inicialmente estão previstos os seguintes cursos: Engenharia de Operações de Mecânica de Máquinas e Motores, Eletrônica, de Obras Municipais e de Indústria de Madeira. Encontra-se em elaboração o currículo e programa de um curso de especialização em engenharia naval.

— Encontra-se em pleno funcionamento no Interior do Estado, cursos de Licenciaturas parceladas e de curta duração, em convênio com os Campi Avançados e o Projeto Rondon.
Em Tefé a SEDUC mantém os cursos de: Letras — com 85 alunos; Estudos Sociais — com 85 alunos; e Ciências — com 70 alunos. Esses cursos são ministrados por professores da Universidade Federal de Juiz de Fora.
Em Parintins a SEDUC mantém os Cursos de: Letras — com 72 alunos; Estudos Sociais — com 67 alunos; e Ciências — com 67 alunos.

Esses cursos são ministrados por professores da Universidade do Estado da Guanabara.

Em Humaitá a SEDUC mantém os Cursos de: Administração Escolar — com 50 alunos; e Supervisão Escolar — com 50 alunos.

Esses cursos são ministrados por professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Sagrado Coração de Jesus", de Bauru — São Paulo.

A SEDUC celebrou convênio com o Projeto Rondon e a PUC do Rio Grande do Sul, para o funcionamento dos Cursos de Letras, Estudos Sociais e Ciências na região do Alto Solimões.

— No ensino do 2º grau, foram instalados cursos nos Municípios de: Manicoré (30 alunos) Eirunepé (30 alunos), Borba (21 alunos), Codajás (31 alunos), Humaitá (26 alunos) e São Gabriel da Cachoeira (62 alunos), que se destinam a formar professores normalistas.

— No ensino do 1º grau, foram instaladas séries correspondentes ao antigo curso ginasial nos seguintes Municípios: Urucurituba (47 alunos), Silves (21 alunos), Nhamundá (35

alunos), Barcelos (32 alunos), Pauini (19 alunos), Santo Antonio do Içá (31 alunos), Canutama (34 alunos), Careiro (30 alunos), Autazes (39 alunos), Carauari (38 alunos) e Boca do Acre (119 alunos).

Com relação ao Curso Médio foram atendidos no Interior do Estado um total de 367 alunos nos municípios de Tefé, Manacapuru, Coari e Itacoatiara.

Na capital, frequentaram os Cursos de Técnico em Contabilidade, Secretariado, Administração, Estatística e Normal com total de 6.147 alunos.

Na Capital, 53.527 alunos frequentaram classes de ensino regular de 8 séries do ensino fundamental e 20.441 alunos frequentaram classes do ensino supletivo.

No Interior, 37.961 alunos frequentaram as séries do ensino fundamental e 3.563 as classes do ensino supletivo.
A nível de 1º grau e somente nas zonas urbanas das sedes municipais, incluíndo a Capital estiveram 115.492 alunos frequentando a rede escolar.

PROGRAMA: Educação

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC)

ÓRGÃOS VINCULADOS: SED-AM (autarquia), FEA, FCA e FTEA (fundações)

PRINCIPAIS PROJETOS/ATIVIDADES DESENVOLVIDOS

1. Projeto: Expansão Física da Rede Primária e Média

. Órgão Executor: SEDUC
. Metas Executadas:

i) Construção de 10 prédios escolares em Manaus — alguns concluidos e outros com obras em andamento, estes prédios localizam-se nos Bairros de: Crespo, Alvorada I e II, Compensa, Morro da Liberdade, Petrópolis, Aparecida, Japiim, Praça 14 e Raiz, num total de 90 novas salas de aula, que significa oportunidade, com rodízio escolar (3 turnos) para 16.200 novos estudantes;

ii) Construção de 6 prédios escolares no Interior do Estado, num total de 45 novas salas de aula, criando oportunidade para 8.100 novos estudantes, com rodízio escolar (3 turnos);

iii) Ampliação de 10 prédios escolares no Interior do Estado, num total de 24 novas salas de aula, criando oportunidade para 4.320 novos estudantes, com rodízio escolar (3 turnos);

2. PROJETO: Conservação e Reequipamento da Rede Escolar Primária e Média

Órgãos Executores: SEDUC e FEA

. Metas Executadas:

i) Recuperação de 36 prédios escolares de Manaus, com um total de 318 salas recuperadas, que abrigarão um total de 57.240 estudantes, com rodízio escolar (3 turnos);

ii) Recuperação e adaptação de 4 centros inter-escolares de Manaus;

iii) Recuperação de 12 prédios escolares no Interior do Estado, cujas salas abrigarão 10.620 alunos;

iv) 102 salas de aulas foram reequipadas com: carteiras, mesas, louzas e demais materiais escolares;

v) Foram adquiridas material didático-esportivo.

3. Atividade: Capacitação e Treinamento do Pessoal do Sub-Setor Educacional

. Órgãos Executores: SEDUC e FEA

. Metas Executadas:

i) Habilitação de pessoal docente: 23 pessoas;

ii) Aperfeiçoamento de pessoal docente, técnico e administrativo: 1.874 pessoas;
O pessoal foi treinado nas seguintes localidades: a) Exterior: 4 nos E.U.A; 2 no México; e 1 no Perú; b) Nos Estados: 38 no Pará, 18 em Minas Gerais; 22 em Pernambuco; 10 em Brasília; 8 na Guanabara, 25 em S. Paulo; 21 no Paraná; 4 no Ceará, 8 na Bahia; 6 no Maranhão; e 8 em Goiás. O restante do pessoal foi treinado em Manaus.

iii) Atualização de pessoal docente e técnico: 36 pessoas

4. Projeto: Instalação e Funcionamento da Televisão e Rádio Educativas

. Órgão Executor: FTEA

. Metas Alcançadas:

i) Capacitação de alunos na 5ª Série do Ensino Fundamental: 3.865 alunos de 105 classes receberam aulas através da Televisão Escolar;

ii) Atividades de Rádio Educativo (Projeto SAMAUMA): foram iniciadas com o objetivo de titular professores Leigas, particularmente dos povoados. Na 1ª fase, foram distribuidos 1.680 aparelhos e material didático para igual número de professoras, em 28 Municípios, inclusive da zona rural de Manaus. Prevê-se, também, para essa rede escolar a incorporação de 12.000 adolescentes e adultos nessa fase.

5. Atividade: Funcionamento da SED-AM

. Órgão Executor: SED-AM

. Resultados Alcançados:

Além dos serviços normais da administração da SED-AM foram realizados os seguintes serviços na área do Estádio Vivaldo Lima:

i) Escavação, carga e transporte de material: 5.760 m3;

ii) Regularização e compactação do Sub-Leito: 9.600 m2;

iii) Serviços de base (escavação, estabilização, compactação) sem mistura de material: 6.720 m3;

iv) Colocação de meio-fios e sarjetas;

v) Construção de 8 caixas coletoras em alvenaria de tijolo;

vi) Serviços de Pavimentação asfáltica;

vii) Assentamento de blokito no passeio que separa a pista do Estádio da estrada (Av. Constantino Nery);

viii) Serviços de terraplenagem nas áreas de estacionamentos;

ix) Outros serviços.

SECRETARIA DE PRODUÇÃO RURAL

A Secretaria de Produção Rural (SEPROR), também teve sua estrutura administrativa reestruturada através do Decreto nº 2.179 de 16 de outubro de 1971.

A nova estruturação orgânica da SEPROR é basicamente integrada dos seguintes órgãos:

a) Gabinete
b) Departamento Normativo
c) Departamento de Terras
d) Divisão de Classificação de Produtos Rurais
e) Divisão de Cooperativismo e Comercialização
f) Divisão de Insumos
g) Divisão de Sistemas Administrativos
h) Unidade Operativa Central
i) Unidades Operativas Locais

A SEPROR através de suas diferentes unidades e por intermédio da ACAR-AM, em consonância com o Plano de Governo — período 1971/74, executou atividades, diretamente ou em articulação, nos mais variados campos do setor primário da economia amazonense.

Afora os projetos nas páginas seguintes, a SEPROR também desenvolveu outra atividades, como a referente a Armazenamento e Beneficiamento, em que esta Secretaria em articulação com a CIBRAZEM, do Ministério da Agricultura e a Cooperativa Mista Agropecuária de Itacoatiara Ltda., firmou contrato de locação com a empresa de Itacoatiara IRMÃOS MAMEDE, no referente a estrutura de armazenamento e prensagem de juta, de sua propriedade, objetivando a utilização do complexo locado.

Para o cumprimento dos projetos/atividades de sua responsabilidade a SEPROR dispendeu um montante de Cr$ 10.823.568,00.

PROGRAMA: Agropecuária

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: Secretaria de Produção Rural (SEPROR)
PRINCIPAIS PROJETOS/ATIVIDADES DESENVOLVIDOS

1. **Projeto: Defesa Sanitária Animal** (Campanha contra a Febre Aftosa)

. Órgãos Executores: SEPROR e DEMA-AM
. Metas Executadas:

i) Municípios atingidos pela campanha: 10

ii) Propriedades visitadas: 3.600

iii) Bovinos vacinados: 132.000

2. **Projeto: Desenvolvimento das culturas de Arroz, Milho e Feijão**

. Órgão Executor: ACAR-AM
. Metas Executadas:

i) Arroz
— Produtores assistidos: 250
— Área plantada: 350 ha
— Produção: 700 toneladas

ii) Milho
— Produtores assistidos: 435
— Área plantada: 609 ha
— Produção: 1.340 toneladas

3. **Projeto: Desenvolvimento da Olericultura** (Tomate, Pimentão e Repolho)

. Órgão Executor: ACAR-AM
. Metas Executadas:

i) Produtores assistidos: 110
ii) Área plantada: 40 ha
iii) Produção: 600 toneladas

4. **Projeto: Racionalização da Cultura da Juta**

. Órgão Executor: ACAR-AM
. Metas Executadas:

i) Produtores assistidos: 1.900
ii) Área plantada: 6.000 ha
iii) Produção: 7.800 toneladas

5. Projeto: Racionalização e Desenvolvimento da Cultura do Guaraná

. Órgão Executor: ACAR-AM
. Metas Executadas:

i) Produtores assistidos: 190
ii) Área de implantação: 200 ha

6. Projeto: Desenvolvimento da Cultura da Pimenta-do-Reino

. Órgão Executor: ACAR-AM
. Metas Executadas:

i) Produtores assistidos: 60
ii) Área de implantação: 20 ha

7. Projeto: Desenvolvimento do Bovino Cultura de Corte

. Órgão Executor: ACAR-AM
. Metas Executadas:

i) Produtores assistidos: 440
ii) Área de pastagens implantada: 800 ha
iii) Produção: não informado

8. Projeto: Desenvolvimento da Avicultura

. Órgão Executor: ACAR-AM
. Metas Executadas:

i) Avicultura de Corte
— Produtores assistidos: 24
— Acréscimo na produção: 234 toneladas

ii) Avicultura de postura
— Produtores assistidos: 67
— Acréscimo no plantel: 7.000 aves

9. Projeto: Desenvolvimento da Suinocultura

. Órgão Executor: ACAR-AM
. Metas Executadas:

i) Produtores assistidos: 17
ii) Produção: 100 toneladas

10. Atividade: Distribuição de Sementes de Juta

. Órgão Executor: SEPROR
. Resultados Alcançados:

i) Municípios atendidos: 24
ii) Localidades visitadas: 2.500
iii) Produtores atendidos: 24.000
iv) Sementes distribuidas 292.962 Kg

11. Atividade: Instrumentação do Fundo de Desenvolvimento Rural do Amazonas (FURAMA)

. Órgão Executor: SEPROR
. Resultados Alcançados:

Foram revendidos produtos agropecuários nas seguintes áreas mais significativas de produção do Estado:

i) Manaus (Careiro e Autazes)	215	tipos	de	produtos
ii) Manacapurú (Anorí e Codajás)	28	-"-	-"-	-"-
iii) Coari	71	-"-	-"-	-"-
iv) Tefé	35	-"-	-"-	-"-
v) Itacoatiara (Silves e Itapiranga)	16	-"-	-"-	-"-
vi) Maués	35	-"-	-"-	-"-
vii) Parintins (Barreirinha e Nhamundá)	45	-"-	-"-	-"-

12. Projeto: Reorganização e Desenvolvimento do Cooperativismo no Amazonas

. Órgão Executor: ACAR-AM

. Metas Realizadas:

i) Cooperativas assistidas: 7
ii) Cooperativas reorganizadas: 3
iii) Treinamentos para dirigentes e administradores: 2
iv) Dirigentes e administradores treinados: 34
v) Treinamento para Conselhos Fiscais: 2
vi) Conselheiros Fiscais treinados: 27
vii) Treinamento para líderes sobre Cooperativismo: 2
viii) Líderes treinados: 40.

SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO

A Secretaria de Indústria e Comércio (SEINCO) criada pela Lei nº 1.013, de 23 de abril de 1971, com estrutura administrativa aprovada, não desenvolveu nenhuma atividade administrativa em 1972, pelo fato de seu funcionamento só estar previsto para 1973.

A SEINCO jurisdiciona a Empresa Amazonense de Turismo (EMAMTUR), a Junta Comercial do Amazonas e o Banco do Estado do Amazonas S.A. (BEA).

Os referidos órgãos desenvolveram intensa atividade no ano de 1972, conforme pode-se observar pelos dados das páginas seguintes.

PROGRAMA: Indústria

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: Secretaria de Indústria e Comércio (SEINCO)

ÓRGÃOS VINCULADOS: EMAMTUR (Empresa Pública) e BEA (Sociedade de Economia Mista)

PRINCIPAIS PROJETOS/ATIVIDADES DESENVOLVIDOS

1. Atividade: Promoção do Turismo no Estado

. Órgão Executor: EMAMTUR

. Resultados Alcançados:

i) Preparação de Mão-de-Obra

Objetivando implantar uma infraestrutura hoteleira dentro das exigências do crescimento do fluxo turístico para Manaus, foram promovidos os seguintes cursos de: garçon, governanta-arrumadeira, administração hoteleira, guia turístico e motorista guia de turismo.

O Total de treinados foi de aproximadamente 200;

ii) Divulgação

Foram publicados os seguintes folhetos de interesse turístico: "Caça e Pesca no Amazonas", "Teatro Amazonas" (roteiro para visitas), "Folclore: Danças Dramáticas", "Comidas e Bebidas Regionais", "Guia Turístico de Manaus", "Roteiro do Investidor" e "Levantamento Turístico da Cidade de Manaus".

Além de matéria divulgada em jornais e revistas especializadas, a empresa distribuiu vasto material promocional e informativo às agências de viagens e rede hoteleira.

iii) Pesquisas

Visando a fixação de polos de atração turística no Estado do Amazonas, foi realizado um levantamento dos Municípios de Manaus, Maués e Manacapuru, esperando a empresa no ano de 1973 estender este estudo aos demais Municípios.

iv) Apoio a Iniciativas Ligadas ao Turísmo

Em 1972 a EMAMTUR apoiou e colaborou com as seguintes iniciativas:
Feira do Candango, em Brasília; Feira da Previdência em Goiás; Torneio da Independência (Mini-Copa); Encontro Sul vai ao Norte; Torneio Zonal de Xadrez; Encontro de Bandeirantes; Projeto Ieano de Pesquisas Amazônicas; Congresso de Saneamento; Seminário de Secretários de Planejamento; e Festival Folclórico.

2 Atividade: Funcionando do Banco do Estado do Amazonas S.A. (BEA)

. Órgão Executor: BEA
. Resultados Alcançados:

i) Carteira de Crédito Geral

Responsável pela alocação de recursos a médio e curto prazo às atividades comerciais, rurais, industriais e particulares, alcançou no ano de 1972, um montante de Cr$ 205.592.000,00 em Crédito Geral;

ii) Carteira de Crédito Industrial
Responsável pela alocação de recursos para o Setor Secundário da Economia Regional.

Objetivando dar maior dinamização ao Setor, o BEA firmou convênios com o BNDE para repasse de recursos dos Programas PEB e FIPEME no montante de Cr$ 15.000.000,00.
O BEA também emprestou o seu conceito junto a entidades financeiras estrangeiras, afiançando a aquisição de equipamentos de origens diversas em favor de várias empresas estabelecidas na área, em valor superior a Cr$ 5.500.000,00.

As aplicações no Setor foram da ordem de Cr$ ..... 27.179.000,00, sendo beneficiadas Indústrias de Transformação, Indústrias de Construção, Indústrias de Confecção e Atividades não especificadas (Setor Público).

iii) Carteira de Crédito Rural

Integrado aos Planos de Desenvolvimento Econômico Federal e Estadual e consoante as determinações que norteiam o crédito rural educativo, o BEA vem prestando assistência creditícia ao setor, quer nas operações de custeio e investimentos, quer na parte de comercialização direta.
As aplicações no Setor foram da ordem de Cr$ ..... 6.800.000,00, portanto, 22 % menos do montante aplicado em 1971.
Os créditos fornecidos referem-se a: pecuária, juta, castanha, guaraná, pesca, milho, comercialização.

iv) Expansão da Rede de Agências

Foi instalada no ano passado a filial de Brasília, aumentando o número de agências do BEA para 11.

3. **Atividade: Funcionamento da Junta Comercial do Amazonas**

. Órgão Executor: Junta Comercial do Amazonas

. Resultados Alcançados:

A Junta Comercial desenvolveu as seguintes atividades:

i) Autenticação de Livros: 8.729 livros

ii) Certidões

Foram expedidas em 1972 um total de 439 certidões

iii) Documentos Arquivados e Registrados:

— Firmas individuais:	1.008
— Anotações:	105
— Cancelamento:	29
— Firmas Sociais:	817
— Alterações:	354
— Distratos:	12
— Constituição e Transformação em S. A.:	17
— Atas e documentos diversos:	410
— Cooperativas:	2
— Abertura de filiais	67
Total	2.821

SECRETARIA DE TRANSPORTES

A Secretaria de Estado de Transportes (SETRAN), criada pela Lei nº 1.013, de 23 de abril de 1971, apesar de já possuir estrutura administrativa aprovada, não desenvolveu nenhuma atividade administrativa em 1972, em virtude de seu funcionamento afetivo só estar previsto para 1973.

Portanto nesta mensagem apenas é destacada a participação da autarquia jurisdicionada por esta Secretaria, no caso o Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas (DER-AM), através dos projetos/atividades sob sua responsabilidade desenvolvidos em 1972.

O DER-AM consciente do seu papel na conjuntura do Estado como órgão de desenvolvimento econômico, elegeu a Rodovia BR-319 — MANAUS/PORTO VELHO, como prioridade 1 na sua programação. Entretanto, preocupou-se em desenvolver uma ação que fosse capaz de permitir a conciliação desta prioridade com os outros projetos constantes da sua programação.

Como não deveria deixar de ser, o DER-AM não se descuidou de sua Administração Geral, também indentificado com a política reformista do Governo do Estado, procedeu os estudos necessários à sua reforma administrativa.

Após os devidos estudos, foram elaborados os seguintes trabalhos, os quais encontram-se na seguinte situação:

i) Estrutura Básica — aprovada pelo Decreto nº 2.429, de 15.12.72;

ii) Regimento Interno — em apreciação na SEPLAN;
iii) Política de Pessoal — em estudo na Comissão de Política Salarial;
iv) Manuais referentes a: Finanças, Material, Patrimônio e de Atribuições — encontram-se em fase de impressão para a devida implantação.

Com relação às despesas orçamentárias, o órgão realizou um total de despesas da ordem de Cr$ 161.776.406,00.

PROGRAMA: Transportes

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: Secretaria de Transportes (SETRAN)
ÓRGÃO VINCULADO: DER-AM
PRINCIPAIS PROJETOS/ATIVIDADES DESENVOLVIDOS

1. Projeto: Construção e Pavimentação da Rodovia BR-319
. Órgão Executor: DER-AM
. Metas Executadas
i) Construção

— Destocamento e Limpeza	: 270 Km
— Terraplenagem	: 270 Km
— Bueiros	: 270 Km
— Sub-Base	: 275 Km
— Base	: 214 Km
— Revestimento	: 95 Km

i:) Pavimentação

a) — Trecho Manaus/Terminal de Embarque	: 5 Km
— Trecho Careiro-Humaitá	: 95 Km
b) — Serviço de recapeamento asfáltico	: 15 Km

2. **Projeto: Construção, Pavimentação, Conservação e Restauração, da Rede Rodoviária do Estado.**
. Órgão Executor: DER-AM
. Metas Executadas:
i) Construção
i.1) Rodovia AM-449 — AM-010/Puraquequara:

a) Terraplenagem	
—Volume Transportado:	22.392 m3
— Regularização da pista de rolamento:	343.044 m2
b) Obras de Arte Corrente	
— 2 linhas de Bueiros de Concreto simples de 0=1,00m	40,00 m

i.2) Rodovia ligando Boca do Acre ao Campo de Piquiá
— Construção de 5,9 Km de estrada

ii) Pavimentação

ii.1) Rodovia AM-010 — Manaus/Itacoatiara

— Imprimição:	23.300 m
— Regularização:	13.100 m
— Pintura asfáltica:	1.100 m
— Recapeamento c/largura de 7 m:	15.100 m

iii) Conservação e Restauração

As seguintes rodovias receberam serviços de conservação e restauração:

— AM-010 — Manaus/Itacoatiara
— AM-020 — Manaus/Aleixo
— AM-070 — Manaus/Cacau Pirera/Manacapurú
— AM-450 — AM-010 — Tarumã/Ponta Negra/S. Jorge
— AM-451 — AM-010 — Aeroporto de Itacoatiara
— AM-452 — AM-070 — Colônia do Caldeirão
— AM-454 — AM-070 — Colônia Bela Vista

Essas rodovias que somam uma extensão total de aproximadamente 459 Km, foram executados os seguintes serviços de:

iii.1) Conservação

— Limpeza lateral:	3.960.000 m2
— Abertura de valetas Longitudinais:	278.003 m
— Limpeza, desobstrução e reparos em sarjetas e meio-fio:	112.471 m
— Limpeza, desobstrução e reparo em bueiros:	3.908 m
— Recomposição de revestimento (asfáltico ou concreto):	32.042 m2
— Remoção de material desagregado de taludes de cortes:	9.222 m3
— Reparos gerais em balsas	3 unid.
— Regularização da pista de rolamento:	5.649.997 m2
— Recomposição da pista de rolamento:	49.871 m2
— Recuperação de acostamento:	44.476 m2
— Construção de variantes:	16.810 m2
— Limpeza e reparos em caixas coletoras:	40 unid.
— Escarificação da pista imprimida:	26.000 m2
— Valas de drenagem:	1.621 m3
— Enrocamento de saias de aterros de acesso:	320 m2

iii.2) Restauração

— Recomposição de aterros	116 589 m3
— Revestimento primário:	...
— Construção de bueiros:	799 m
— Construção de sarjetas e meio-fio de concreto:	1.487 m
— Construção de caixa coletora:	14 unid.
— Construção de muro de arrimo:	110 m3
— Construção de logradouro público e área de estacionamento:	20.000 m2
— Correção de greide:	4.298 m3
— Construção de passeio:	2.732 m2
— Alargamento da plataforma estradal:	1.000 m
— Recapeamento betuminoso:	3.132 m2
— Construção de rampa para balsas:	1.808 m3
— Construção de proteção à jusante de bueiros:	1.027 m3

SECRETARIA DE ENERGIA, TELECOMUNICAÇÕES e SANEAMENTO BÁSICO

A Secretaria de Energia, Telecomunicações e Saneamento Básico (SETESB), criada pela Lei nº 1.013, de 23 de abril de 1971, com estrutura administrativa aprovada, não desenvolveu nenhuma atividade administrativa em 1972, pelo fato do seu funcionamento só estar previsto para 1973.

A SETESB jurisdiciona as seguintes Sociedades de Economia Mista: Centrais Elétricas do Amazonas (CELETRAMAZON), Companhia Amazonense de Telecomunicações (CAMTEL) e a Companhia de Saneamento do Amazonas (COSAMA).

As referidas sociedades tiveram destacada atuação no ano passado conforme pode-se observar pelos dados dos projetos/atividades desenvolvidos, explicitados na página seguinte.

As despesas efetuadas pelas citadas sociedades no ano passado, com a execução dos projetos sob suas responsabilidades, são as seguintes:

1.	CELETRAMAZON	Cr$ 30.000.000,00
2.	CAMTEL	Cr$ 1.273.000,00
3.	COSAMA	Cr$ 20.492.942,00 (*)

(*) — Inclui Cr$ 250.000,00 proveniente de financiamento do DNOS.

PROGRAMAS: Comunicações, Energia, Saúde e Saneamento

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: Secretaria de Energia, Telecomunicações e Saneamento Básico

ÓRGÃOS VINCULADOS: CELETRAMAZON, CAMTEL e .... COSAMA (Sociedade de Economia Mista)

PRINCIPAIS PROJETOS/ATIVIDADES DESENVOLVIDOS

1. **Projeto: Implantação e Ampliação de Sistemas de Energia Elétrica no Interior do Estado**
   . Órgão Executor: CELETRAMAZON
   . Metas Executadas:

   i) Usinas Implantadas

   Foram implantadas usinas em Tabatinga, Novo Aripuanã, Borba e Santa Isabel do Rio Negro, num total de 840,5 KVA instalados.

   ii) Usinas Ampliadas

   Foram realizadas ampliações nas usinas dos seguintes Municípios e Distritos:

   ii.1) Coari

   — Geração
   Adquirido grupo gerador de 800 KVA.
   — Rede de Distribuição
   Foram instalados 100 postes

   ii.2) Benjamin Constant

   — Geração
   Adquirido grupo gerador de 800 KVA.
   — Rede de Distribuição
   Foram instalados 100 postes

   ii.3) Humaitá

   — Geração
   Adquirido grupo de 800 KVA.
   — Rede de Distribuição
   Foram instalados 100 postes

ii.4) Itacoatiara

— Geração
Adquirido grupo gerador de 800 KVA.
— Rede de Distribuição
Foram instalados 350 postes

ii.5) Maués

— Geração
Adquiridos 2 grupos geradores, sendo 1 de 450 KVA e 1 de 800 KVA.
— Rede de Distribuição
Foram instalados 150 postes

ii.6) Manicoré

— Geração
Adquirido e montado 1 grupo de gerador de 300 KVA
— Rede de Distribuição
Foram instalados 100 postes

ii.7) Barcelos

— Geração
Substituídos Locomóveis por grupos diesel
— Rede de Distribuição
Foram instalados 50 postes

ii.8) Codajás

— Geração
Substituídos Locomóveis por 2 grupos geradores diesel de 125 KVA cada e 1 de 60 KVA.
— Rede de Distribuição
Foram instalados 80 postes

ii.9) Fonte Boa

— Geração
Substituídos Locomóveis por 2 grupos Geradores diesel de 125 KVA cada e 1 de 60 KVA.
— Rede de Distribuição
Foram instalados 50 postes

ii.10) São Paulo de Olivença

— Geração
Instalado 1 grupo diesel de 60 KVA.
— Rede de Distribuição
Foram instalados 50 postes

ii.11) Nhamundá

— Geração
Instalação de 1 grupo diesel de 40 KVA

ii.12) Urucurituba

— Geração
Instalação de 1 grupo diesel de 80 KVA

ii.13) Urucará

— Geração
Instalação de 1 grupo diesel de 112,5 KVA

ii.14) Itapiranga

— Geração
Instalação de 1 grupo de 80 KVA

ii.15) Silves

— Geração
Instalação de 1 grupo diesel de 37,5 KVA

ii.16) São Gabriel da Cachoeira

— Geração
Instalação de 1 grupo diesel de 60 KVA

ii.17) Carauari

— Geração
Instalação de 1 grupo diesel de 60 KVA

ii.18) Vila de Marco

— Rede de Distribuição
Foram instalados 160 postes

2. **Projeto: Expansão do Sistema Telefônico Urbano de Manaus**

. Órgão Executor: CAMTEL
. Metas Executadas:
i) 2.080 terminais telefônicos instalados
ii) 5.000 pares instalados
iii) 11.740 metros de cabos subterrâneos instalados
iv) 64.800 metros de cabos aéreos instalados

Este projeto foi totalmente replanejado, tendo sido suas metas ampliadas para 10.400 terminais telefônicos e 10.100 pares, com conclusão prevista para 1974.

3. **Projeto: Sistema de Telefonia Urbana no Interior do Estado**

. Órgão Executor: CAMTEL
. Situação do Projeto
. Este projeto foi replanejado pela CAMTEL. Encontra-se em fase final de elaboração, deverão ser instaladas estações automáticas urbanas em 12 cidades do Estado, já integradas ao sistema interurbano estadual, a seguir enumeradas: Parintins, Maués, Coari, Tefé, Manacapuru, Benjamin Constant, Humaitá, Manicoré, Lábrea, Boca do Acre, Eirunepé e Itacoatiara.

4 .**Projeto: Construção do Novo Sistema de Abastecimento D'água de Manaus**

. Órgão Executor: COSAMA
Metas Executadas:

As metas previstas para 1972 apresentam a seguinte situação:

i) Estação de Tratamento D'água
A 1ª etapa desta meta foi concluída em março do ano passado, ocasião em que pela primeira vez o povo de Manaus consumiu água tratada.

Até o fim do ano passado a Estação de Tratamento estava bombeando 90.000 m3 diários de água potável, e estava utilizando para tratamento da água, mensalmente, 60 toneladas de sulfato de alumínio, 45 toneladas de cal hidratada e 6 toneladas de cloro gasoso.

Os trabalhos de construção da 2ª etapa estão em andamento, e espera-se sua conclusão para março do corrente ano.

ii) Sub-Adutoras
Foram concluídos os serviços de implantação das sub-adutoras de S. Jorge e S. Raimundo, com o assentamento de 640 m de tubos de ferro fundido de 250 mm e 650 m de tubos do mesmo material, com diâmetro de 300 mm.
A adutora de S. Jorge encontra-se em pleno funcionamento, ao passo que a de S. Raimundo, aguarda a solução de problemas advindos da localização de terrenos adjacentes, onde se implantou a locação da adutora.

iii) Reservatórios
Foram concluídas as obras de construção dos 5 reservatórios localizados no Mocó, Aeroporto, Castelhana, S. Raimundo e S. Jorge. Para que os mesmos entrem em funcionamento, faltam apenas que se concretizem as ligações das linhas de alimentação.
As interligações das linhas principais com os reservatórios, encontram-se em execução, estando praticamente concluída a ligação do Reservatório do Aeroporto.

iv) Rede de Distribuição
Do que estava previsto no projeto original, ou seja, o assentamento de 220 Km de tubos, até o mês de dezembro passado tinham sido assentados 260 Km, deve-se isso ao fato do crescimento da cidade, com o surgimento de novos bairros, que obrigou a COSAMA a ampliar o quantitativo previsto no projeto para a rede de distribuição.

5. **Projeto: Implantação de Serviços de Abastecimento D'Água no Interior do Estado**

. Órgão Executor: COSAMA
. Metas Executadas:

i) Foi iniciada a construção do sistema de abastecimento de água de Codajás cuja conclusão está prevista para janeiro de 1973;
ii) Foram concluídos os projetos técnicos dos sistemas de abastecimento de água dos seguintes Municípios:
— Humaitá — foram aplicados recursos na aquisição de tubulações, conjuntos elevatórios e na recuperação dos reservatórios existentes, o qual já encontram-se em funcionamento.
— Novo Aripuanã — em andamento
— Lábrea — em andamento

iii) Os projetos técnicos de Atalaia do Norte, S. Paulo de Olivença, Santo Antonio do Içá, Borba e Nova Olinda do Norte, encontram-se em elaboração.

6. **Projeto: Construção do Sistema de Esgotos de Manaus**

Órgão Executor: COSAMA

. Situação do Projeto:

O projeto técnico foi elaborado e encontra-se aprovado pelo BNH, estando a COSAMA realizando contactos com o referido Banco, visando a elaboração de um contrato para o financiamento das obras do sistema, com recursos do próprio BNH e da USAID.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Quando da implantação da Reforma Administrativa no Estado, a Secretaria de Segurança Pública (SESEG) praticamente não existia, para se ter uma idéia o Secretário de Segurança era apenas considerado o Chefe de Polícia, pois sem contar com uma estrutura montada em termos organizacionais, cabia-lhe somente a administração da Polícia Civil

Não havia entre esta e a Polícia Militar do Estado o relacionamento necessário e imprescindível entre órgãos afins, estando a política de trânsito sob a responsabilidade de um órgão deficiente, montado nos moldes de uma delegacia vinculada a Polícia Civil do Estado.

Com a implantação da Reforma Administrativa na Secretaria, consubstanciada pelo Decreto nº 2.291, de 12 de maio de 1972, que corrigiu as distorções estruturais existentes e veio substituir em têrmo de oportunidade, o diploma legal que havia criado a Secretaria, a partir de seu desvinculamento da Secretaria de Justiça.

Além de estabelecer a efetiva relação de subordinação da Polícia Civil, Polícia Militar e DETRAN à administração Superior da Secretaria, estabeleceu critérios de interrelacionamento entre esses órgãos, criando a indispensável correlação na execução do sistema de Segurança e estabelecendo a competência de cada uma dessas áreas executivas da Secretaria na efetivação das finalidades da SESEG.

A estruturação orgânica da SESEG apresenta a seguinte composição:

a) Gabinete do Secretário
b) Departamento Normativo
c) Central de Informação
d) Central de Operações
e) Central de Comunicações
f) Divisão Administrativa
g) Central de Transportes
h) Arquivo Criminal
i) Divisão de Polícia Técnico-Científica
j) Polícia Civil do Estado do Amazonas
l) Polícia Militar do Estado do Amazonas
m) Departamento Estadual de Trânsito
n) Corregedoria Geral de Polícia

PROGRAMA: Defesa e Segurança

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: Secretaria de Segurança Pública (SESEG)

ÓRGÃO VINCULADO: DETRAN (autarquia)

PRINCIPAIS PROJETOS/ATIVIDADES DESENVOLVIDOS

1. Projeto: **Reforma de Imóveis, Formação e Especialização de Pessoal, e Aparelhamento de Órgãos pertencentes a SESEG**

. Órgão Executor: SESEG
. Metas Executadas:
1) Reforma de Imóveis
i.a) Polícia Civil

— Reforma da Penitenciária Central do Estado, a área reformada abrigará o Gabinete do Delegado Geral, duas Delegacias Especializadas, a Central de Transportes e a Divisão de Polícia Técnico-Científica;
— Reforma dos prédios da Sub-Delegacia de Educandos, Petrópolis e Flores, para abrigar os 2º, 3º e 4º Distritos Policiais;
— Reforma do prédio da Sub-Delegacia de Cachoeirinha, para abrigar a Delegacia de Crimes contra o Patrimônio;
— Reforma do prédio da Sub-Delegacia de Adrianópolis, para abrigar a Delegacia Especializada de Crimes contra a Pessoa;

i.b) DETRAN

— Reforma total do prédio do DETRAN, em cujo porão anteriormente utilizado para depósito abriga um moderno centro para exames intelectuais e psicotécnicos;
— Instalação da Oficina Mecânica para fabricação e reparos de placas;

ii) Especialização de Pessoal

ii.a) Polícia Civil

33 policiais participaram em São Paulo do Curso de Formação Policial, na Academia de Polícia de São Paulo, nos seguintes níveis:

— 12 Cursados como Delegados de Polícia;
— 14 Cursados como Escrivães;
— 1 Cursado como Dactiloscopista;
— 3 Cursados como Peritos Policiais;
— 3 Cursados como Agentes de Polícia

ii.b) Administração Geral da SESEG

15 funcionários participaram de cursos de aperfeiçoamento, realizados na ESPEA, sendo:

— Curso de Agente de Pessoal	— 6	funcionários
— Curso de Agente de Material	— 3	—"—
— Curso de Agente de Orçamento	— 1	—"—
— Curso de Chefia Intermediária	— 2	—"—
— Curso de Intensivo de Protocolistas	— 3	—"—

iii) Aparelhamento e Equipamento

iii.a) Administração Superior

— Aquisição de 6 veículos Rural-Willys, para serviços administrativo;
— Aquisição da Rede de Comunicações, instalada na Central de Operações e interligada com a Polícia Civil e Polícia Militar;

iii.b) Polícia Civil

— Aquisição de 10 veículos Chevrolet C-14, tipo Rádio-Patrulha, para realização das missões policiais;
— Aquisição de 1 PICK-UP Chevrolet para serviços policiais;

— Aquisição de 1 KOMBI Wolkswagem, tipo carro mortuário, para o Serviço Médico Legal;
— Instalação de aparelhagem de comunicação, nas viaturas policiais, integradas à rede geral da Secretaria.

iii.c) DETRAN
— Aquisição de 1 Pick-up Wolkswagem, com dispositivo de escada estensível, tipo telescópio, com lanternas e sinaleiros especiais, para manutenção de semáforos;
— Aquisição de moderno material eletrônico e simples, para sinalização e orientação do trânsito, entre os quais destacam-se: 925 placas de sinalização diversas, 150 cxs. de semáforos de 3 focos, 10 cxs. de semáforos de 4 focos, 8 conjuntos de semáforos, 7 controles de impulso, 230 lentes nas cores vermelho, amarelo e verde, 20 cores de sinalização, 10 máquinas para semáforos, 300 tartarugas, 50 tachas para sinalização e 1 sirene eletrônica oscilante com projetor de som e luz pisca-pisca;
— Aquisição de moderno equipamento para o laboratório Psicotécnico;
— Montagem da Oficina Mecânica para manutenção dos equipamentos, adquirindo-se, para tanto, máquinas e equipamentos.

2. **Projeto: Recuperação, ampliação e reaparelhamento da Polícia Militar do Amazonas (PMAM)**

. Órgão Executor: PMAM
. Metas Executadas:

i) Recuperação e Ampliação
— Reforma do prédio do Comando Geral;
— Construção de 3 pavilhões, para o Quartel do 1º Batalhão da Polícia Militar;
— Construção do Conjunto de edifícios, para o Quartel da Rádio-Patrulha;
— Remodelação de área do Comando Geral, para abrigar a Companhia de Trânsito;
— Construção do Ginásio da Polícia Militar, obras em andamento.

ii) Especialização de Pessoal
A Polícia Militar manteve em cursos de especialização fora do Estado em Manaus os seguintes comandados:

— 1 Oficial — Curso Superior de Polícia;

— 3 Oficiais — Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais;

— 37 Sargentos — Curso de Formação de Sargentos;

— 94 Soldados — Curso de Formação de Soldados.

Além desses foram incluídos nos Quadros de Oficiais, 19 Oficiais da Reserva do Exército, concludentes do NPOR.

iii) Aparelhamento e Equipamentos

— Instalações da Rede de Rádio-Comunicação, ligando os quarteis e integrando-se na Rede da SESEG e com unidades móveis nos veículos da Companhia de Trânsito, Rádio-Patrulha e Polícia Rodoviária;

— Aquisição de 2 motocicletas Honda 750 e 4 motocicletas Harley Davison, policiais;

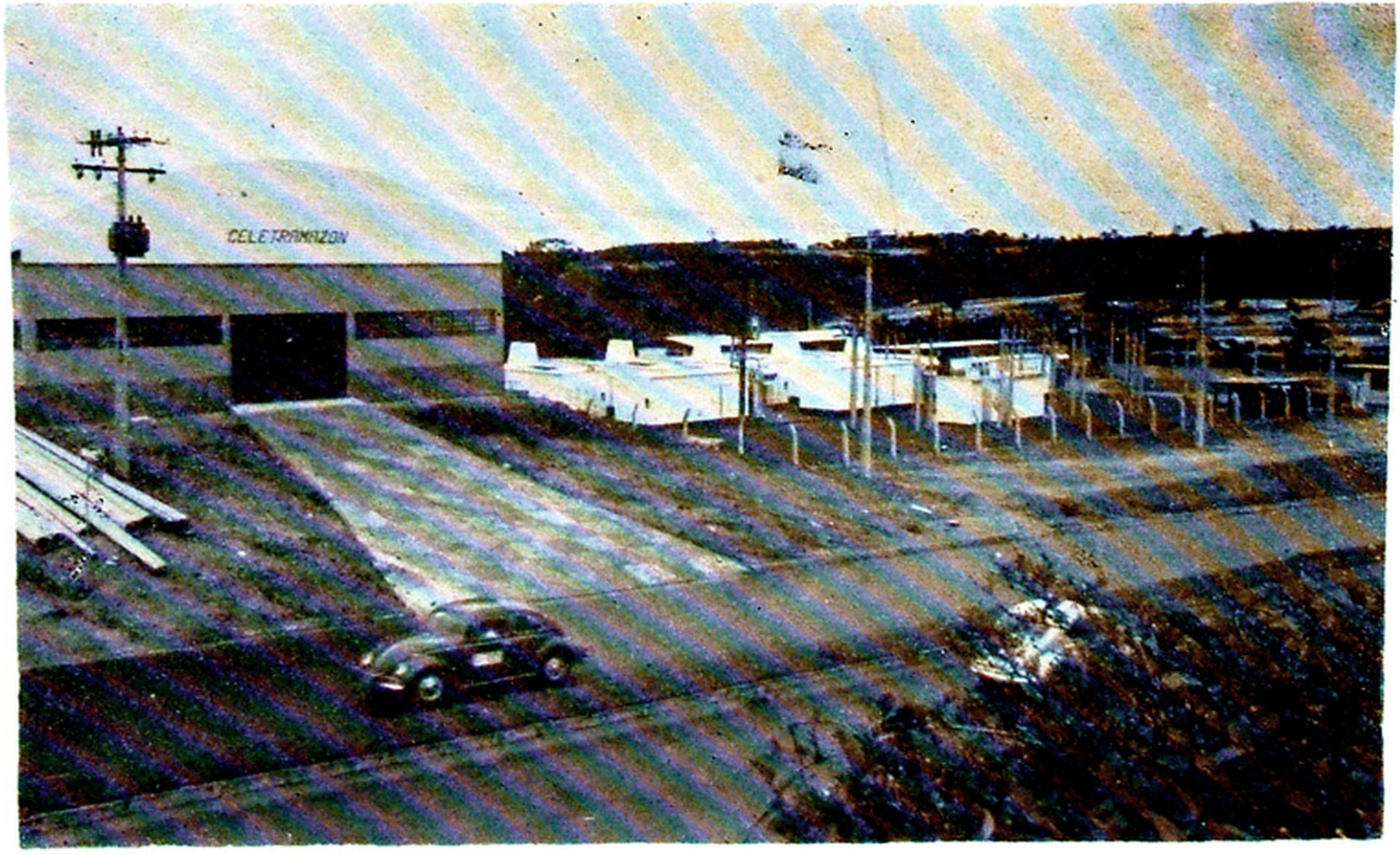
— Aquisição de 4 Jeep Willys de 1/4 tonelada;

— Aquisição de 1 Kombi e 1 Rural Willys para o Comando Geral;

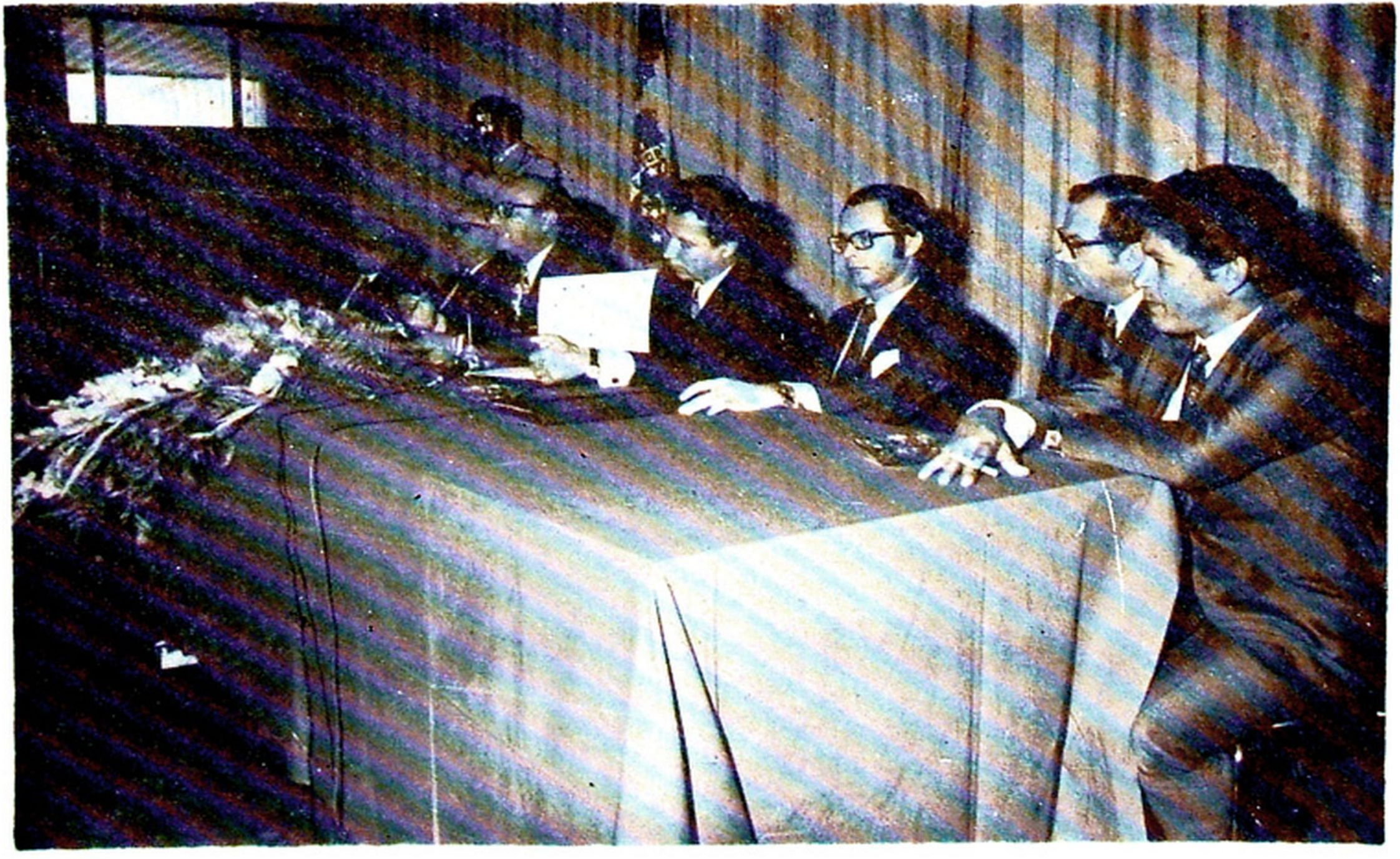
— Aquisição de 24 veículos Sedan Wolkswagem, tipo policial;

— Aquisição de 1 Carro-Prisão Chevrolet C-14;

— Aquisição de 2 Caminhões — Choque e 1 Carro-Guincho.

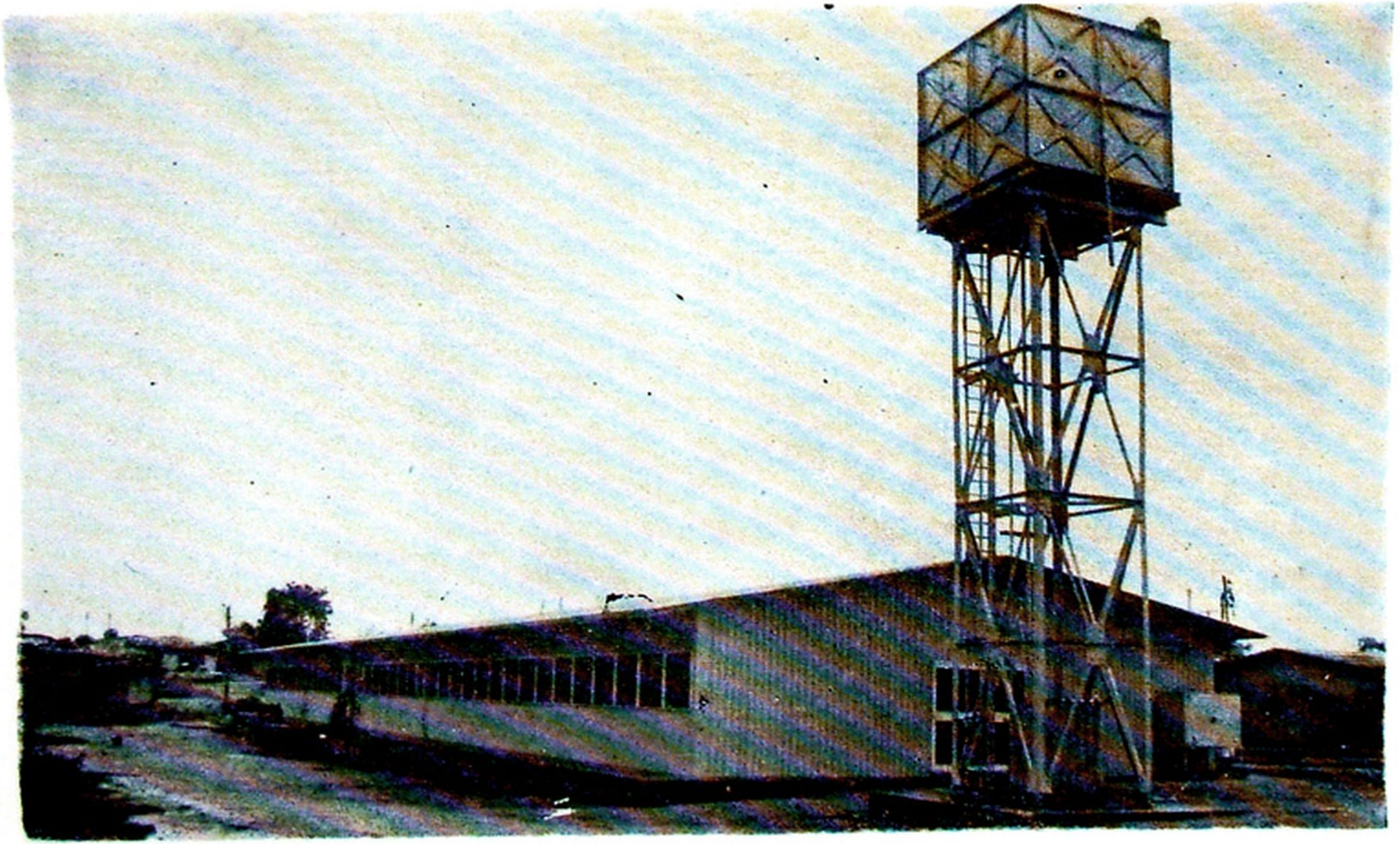


Instalações para depósito, localizadas no Japiim, das Centrais Elétricas do Amazonas S. A. — CELETRAMAZON.

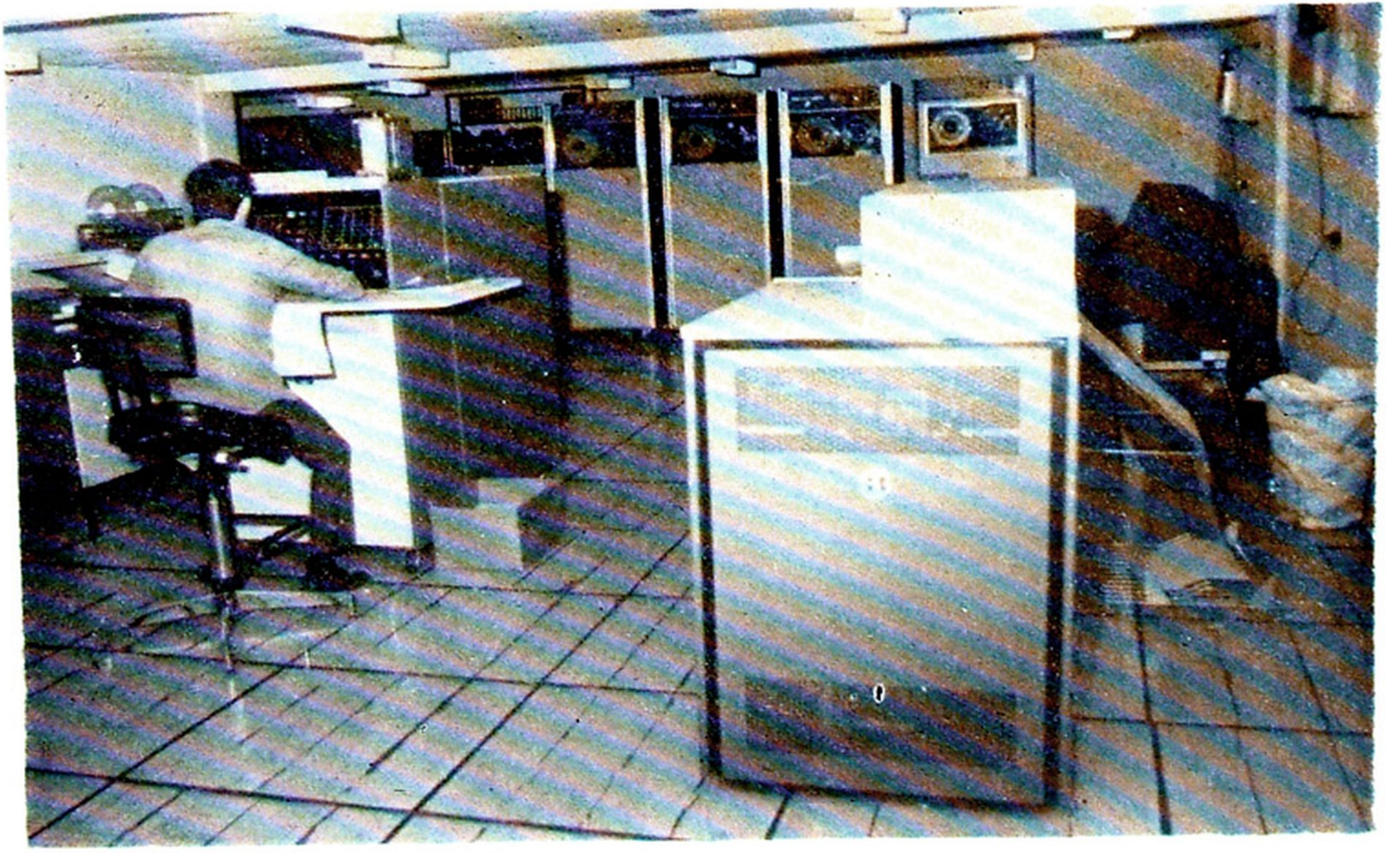


Flagrante do I Encontro Regional de Planejamento, instalado pelo Governador do Estado na Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral

Aspecto de uma das reuniões do I Encontro Regional de Planejamento, realizado em Manaus na sede da SEPLAN.



Um dos modernos hospitais pré-fabricados, instalado pela SESAU no Japiim e componente do Cinturão de Saúde da cidade.



Aspecto das dependências da PRODAM — Processamento de Dados Amazonas S.A., órgão instalado na atual Administração.

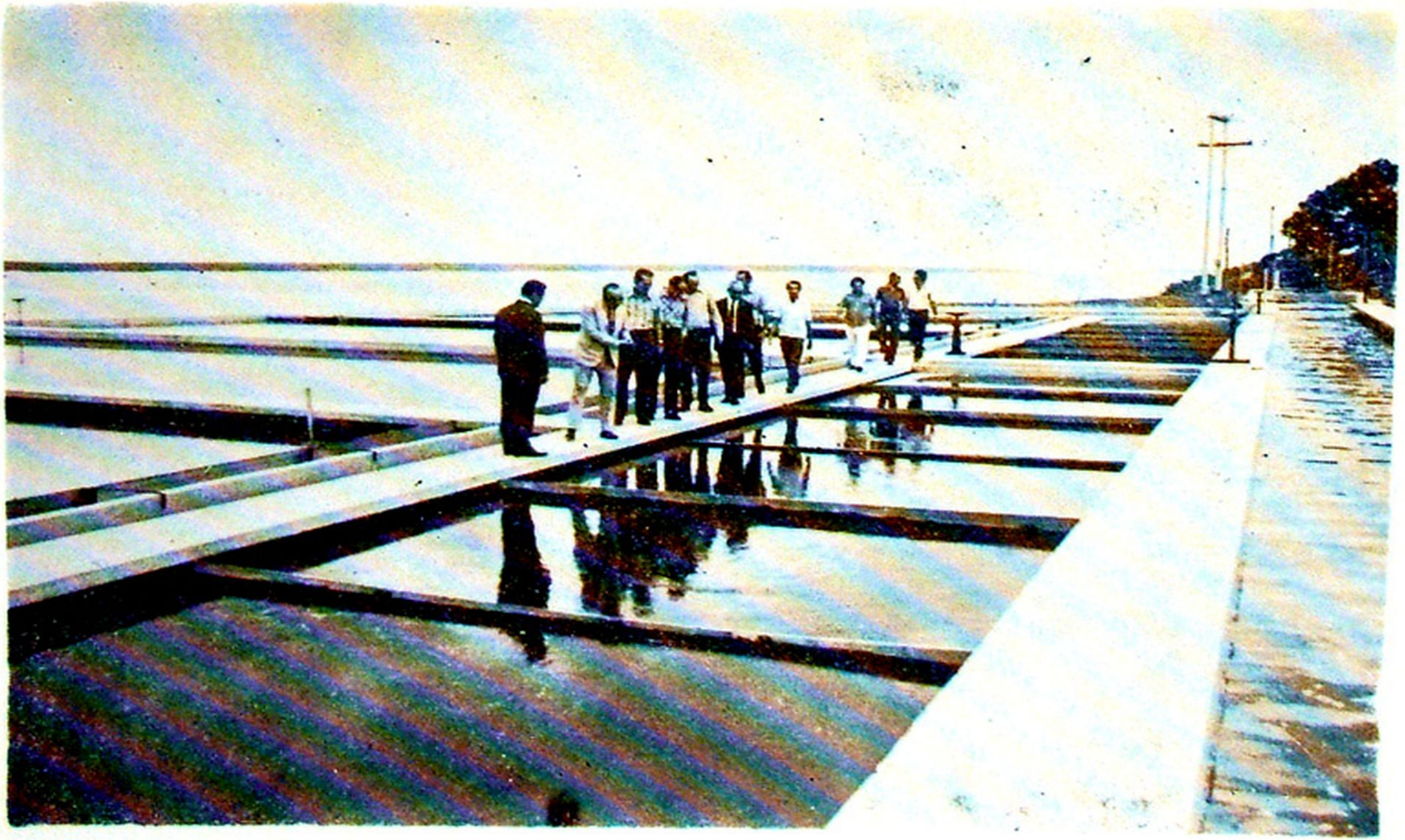
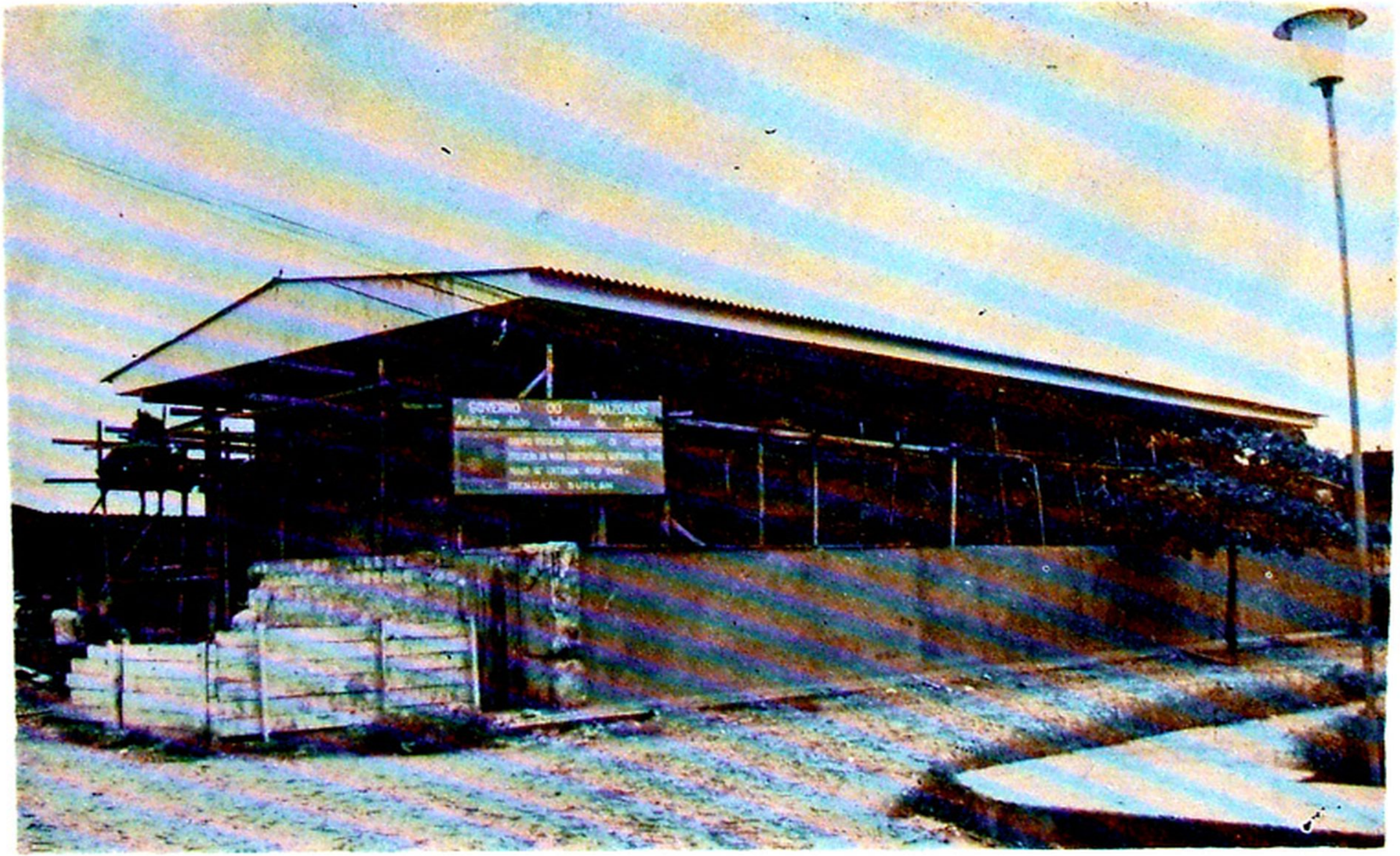
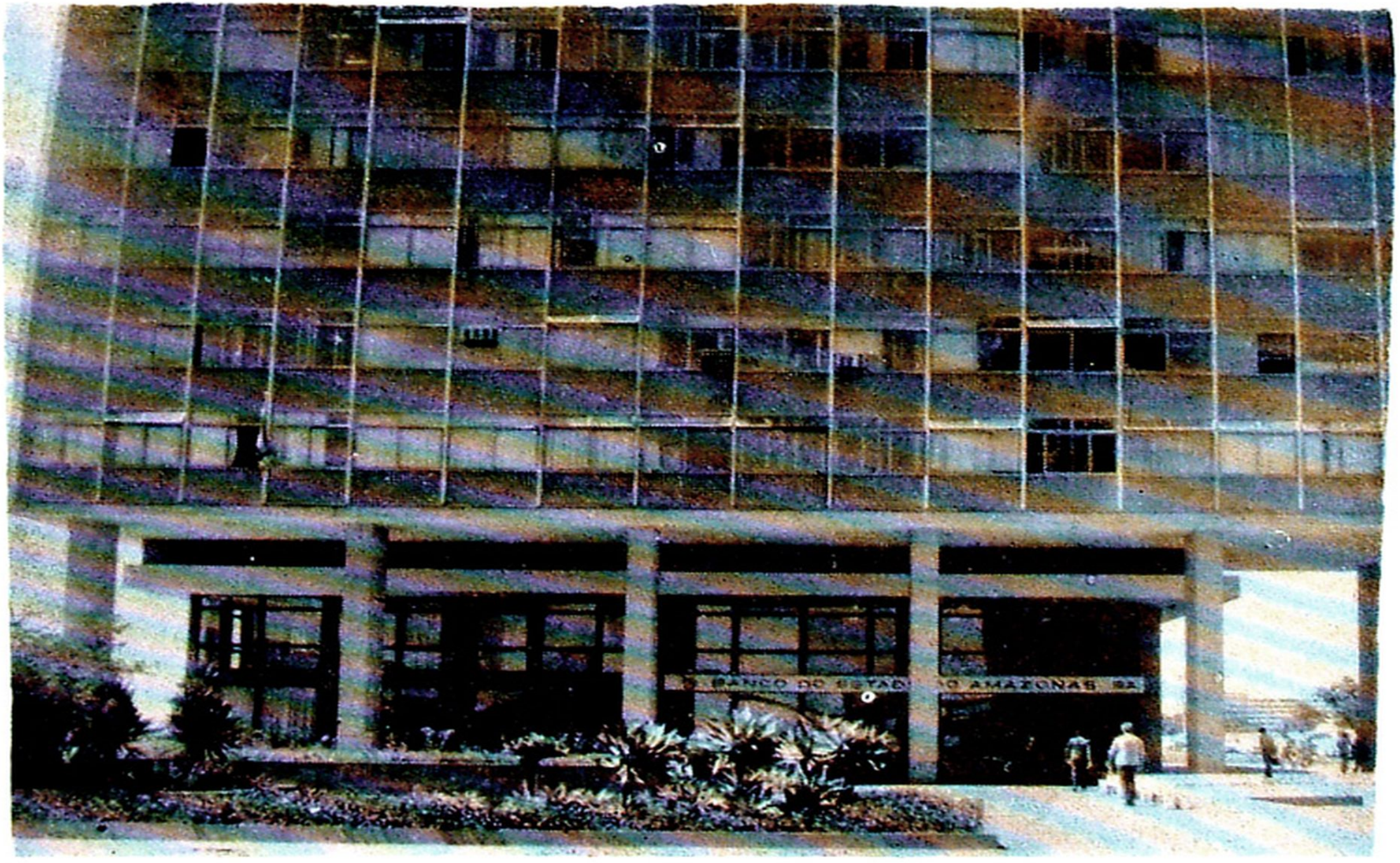


Foto da visita do Ministro da Saúde à Estação de Tratamento d' Agua da COSAMA, acompanhado pelo Governador JOÃO WALTER DE ANDRADE

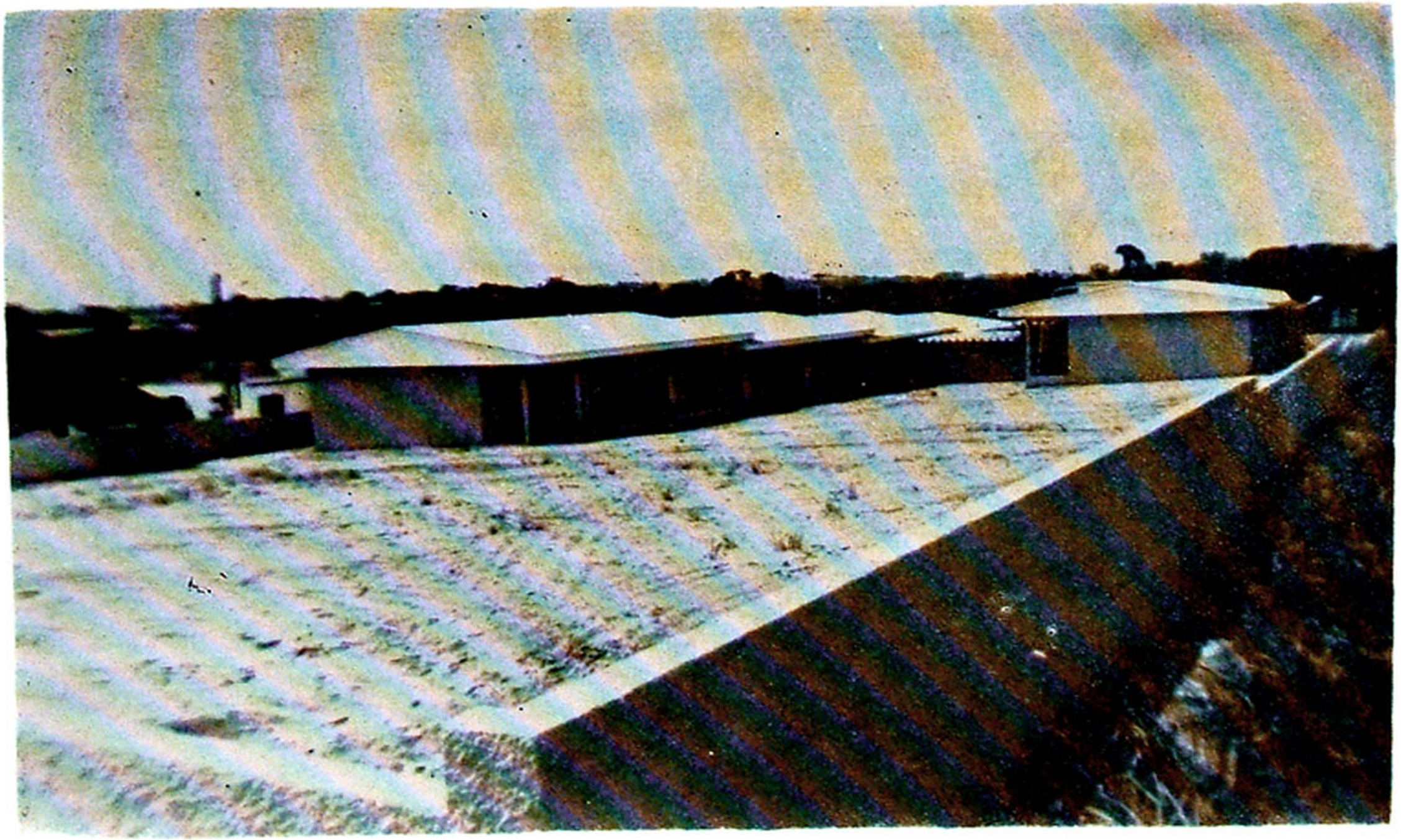


Obras da construção do Grupo Escolar "Cônego Azevedo", localizado no Bairro de Aparecida, pertencente à rede estadual de ensino.



Aspecto da Agência do Banco do Estado do Amazonas, em Brasília, instalada no ano de 1972, ampliando para onze o número de agências daquele banco estatal.

Flagrante de sete veículos incorporados pela Secretaria de Fazenda à sua frota, para serviços de apoio administrativo e fiscal.



Grupo Escolar localizado no Bairro da Alvorada, da rede da SEDUC, construido na Administração JOÃO WALTER DE ANDRADE.

Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS
https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM